UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

CLAYTON GALDINO ROSENDO DOS SANTOS

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP

São Paulo
2011

CLAYTON GALDINO ROSENDO DOS SANTOS

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Arqueologia do
Museu de Arqueologia e Etnologia
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em
Arqueologia.**

Área de concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa: Gestão do
Patrimônio Arqueológico

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

São Paulo

2011

Nome: Santos, Clayton Galdino Rosendo dos.

Título: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião, SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À

Maria, Giulia, Giovana e Henrique

Agradecimentos

A execução deste projeto não se realizaria sem o apoio de várias pessoas: pacientes, rigorosas, prestativas, incentivadoras, mas, sobretudo, (co)laboradoras, as quais elenco:

Agradeço a professora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, por acreditar no projeto e pelo seu norteammento;

Aos professores José Luiz de Moraes, Carlos Lemos, Eduardo Góes Neves e Marisa Coutinho, pelos ensinamentos ministrados;

Ao Jorge Chagas, por materializar os virtuais anseios de nossas ferramentas de gestão da arqueoinformação;

À Aline, pelo seu apoio em quase todos os dias do mês. Em alguns, era preciso cautela;

À melhor equipe de técnicos de campo: Juliano, Sepilho, Pequeno, Rodrigo, Thales e Oreo;

À Edice e Ewerton, pela paciência e auxílio;

À Cristiane, Eric e Edvaldo Nascimento, pela ajuda e cessão das fotos e documentos do acervo do Arquivo Histórico;

À Fernanda Palumbo e Maria Inez, e em seus nomes a todos os professores que apoiaram a Semana de Arqueologia;

À Marise Campos, Rossano e Fátima pelo apoio institucional e, sobretudo, pelo exemplo de atuação em busca de uma Arqueologia cidadã;

À Terezinha, Angolinha e Débora, pela africana alegria e pelo incentivo;

Ao Luiz Claudio e a todos da Congada do Bairro de São Francisco da Praia;

À Cida Ivanov, detentora de hábeis mãos de panela;

Ao Frei David, OFM, e a todos da Educafro, pela energia que perturba e transforma e nos faz refletir e agir por um mundo tolerante e justo;

À todos da seção acadêmica e da biblioteca do MAE, sobretudo, pela paciência;

Ao Jorge Zangrossi, Junior, Marcela, Iris, Jussara e demais alunos da ETS;

Finalmente, agradeço imensamente ao professor Wagner Gomes Bernal, pelo exemplo, pelos ensinamentos e por me acolher em sua equipe.

Nossas cidades crescem sem forma, indefinidamente. [...] Ébria de velocidade e de movimento, dir-se-ia que a sociedade toda se pôs, inconscientemente, a girar em torno de si própria; tal qual avião em parafuso dentro de uma bruma cada vez mais opaca. Dessa embriaguez só se escapa com a catástrofe, quando se fica pregado, pelo choque, no chão.

Le Corbusier

Resumo

Santos, Clayton Galdino Rosendo dos. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião, SP / Dissertação (mestrado) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Sob orientação da professora Maria Cristina M. Scatamacchia, o presente trabalho tem como objetivo oferecer bases para a consolidação de políticas públicas para o patrimônio arqueológico no município de São Sebastião, SP. Para tal, preconiza as ações de reconhecimento e gestão da arqueoinformação, a aplicação e proposição de diplomas legais, a curadoria do acervo e a co-gestão do patrimônio arqueológico pela comunidade. Tal iniciativa obteve resultados finais que superam seus objetivos iniciais.

Palavras-chave: Gestão do patrimônio arqueológico – Arqueologia Pública – Sistemas de informação – Arqueologia municipal – Arqueologia em São Sebastião, SP

Abstract

Santos, Clayton Galdino Rosendo dos. Management Program of the Archaeological Heritage of São Sebastião, SP/ Dissertação (mestrado) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Abstract: Under the supervision of Professor Maria Cristina M. Scatamacchia, this paper aims to provide bases for the consolidation of public politics for archaeological heritage in São Sebastião, SP. To this end, it recommends action recognitions and management, application and proposal of legislation, the curator of the collection and co-management of the archaeological community. This initiative has already obtained results that outweigh their initial objectives.

Keywords: Management of archaeological heritage – Public Archaeology – Information systems – municipal Archaeology – Archaeology in São Sebastião, SP

Sumário

Introdução.....	13
1. Caracterização da área de pesquisa.....	16
1.1. Características geográficas.....	16
1.2. Aspectos históricos.....	18
1.3. Contexto arqueológico regional.....	25
1.3.1. Grupos caçadores – coletores.....	25
1.3.2. A ocupação tupi.....	26
1.3.3. Ocupação histórica (séculos XVI ao XXI).....	26
2. O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião.....	28
2.1. Dos métodos.....	31
2.2. Síntese conclusiva.....	36
3. Do reconhecimento do patrimônio arqueológico.....	38
3.1. Dos resultados obtidos.....	44
3.1.1. Sítios arqueológicos descobertos.....	44
a) Sítio Enseada 01.....	44
b) Sítio Gaivotas 01.....	44
c) Sítio Ventura 01.....	45
d) Sítio Forte da Sepetuba 01.....	45
e) Sítio Mesquita 01.....	45
f) Sítio Neofarm 01.....	45
g) Sítio Belvedere 01.....	45
h) Sítio Boa Vista 01.....	46
i) Sítio Antão Soares 01.....	46
j) Sítio Batuíra 01.....	46
k) Sítio Vice Rey 01.....	46
l) Sítio Fazenda Santana 01.....	46
m) Sítio Forte Pontal da Cruz 01.....	47
n) Sítio Ipiranga 01.....	47
o) Sítio Cemitério Central 01.....	47
p) Sítio Calhetas – 01.....	47
q) Sítio Santiago 01.....	48

r) Sítio Paúba 01.....	48
s) Sítio Praia Brava de Boiçucanga 01.....	48
t) Sítio Boiçucanga 01.....	48
u) Sítio Porto dos Faroleiros 01.....	49
v) Sítio Abrigo Saco do Funil 01.....	49
x) Sítio Abrigo Saco do Funil 02.....	49
3.1.2. Sítios arqueológicos integrados aos	
bancos de dados.....	49
a) Sítio Jaraguá 01.....	49
b) Sítio Jaraguá 02.....	50
c) Sítio Cigarras 01.....	50
d) Sítio São Francisco 01.....	50
e) Sítio Morro do Abrigo 01.....	51
f) Sítio Pitangueiras 01.....	51
g) Sítio Cebimar 01.....	51
h) Sítio Guaecá 01.....	51
i) Sítio Toque Toque 01.....	52
3.1.3. Áreas de ocorrência arqueológica.....	52
a) AOA Gaivotas – 01.....	52
b) AOA Tatuíra – 01.....	52
c) AOA Cigarras – 01.....	52
d) AOA Cigarras – 02	52
e) AOA Sepetuba – 01.....	53
f) AOA Maresias – 01.....	53
g) AOA Abrigo Portinho 01	53
h) AOA Abrigo Portinho 02.....	53
3.1.4. Áreas de Interesse Histórico –	
Arqueológico.....	53
a) AIHA Núcleo urbano do Bairro de	
São Francisco.....	53
b) AIHA Núcleo urbano Centro Histórico.....	53
c) AIHA Fazenda Guaecá.....	54
d) AIHA Caminho Caiçara.....	54
3.2. Síntese conclusiva.....	59

4. Da gestão e disponibilização da arqueoinformação.....	60
4.1. SIG - Sistema de Informações Geográficas para o Patrimônio Cultural de São Sebastião.....	61
4.2. SIGWeb.....	62
4.3. Sistema de Inventário do Patrimônio Cultural de São Sebastião – SIPAC.....	65
4.4. Síntese conclusiva.....	67
5. Do ordenamento jurídico.....	69
5.1. O patrimônio arqueológico no âmbito internacional	69
5.2. A legislação arqueológica no pacto federativo nacional: histórico e interfaces.....	70
5.3. O ordenamento jurídico arqueológico no âmbito do município de São Sebastião.....	75
5.4. O ordenamento jurídico sob a ótica da sustentabilidade na gestão do patrimônio arqueológico	79
5.5. Síntese conclusiva.....	81
6. Da curadoria do acervo arqueológico.....	82
6.1. Síntese conclusiva.....	88
7. Da disponibilização do patrimônio arqueológico.....	91
7.1. Semana Escolar de Arqueologia.....	97
7.2. Projeto A terapêutica da natureza através do barro	102
7.3. Programa de palestras e assessoramento sobre o patrimônio arqueológico.....	104
7.4. Curso de Formação de Monitores Ecológico – Culturais.....	106
7.5. A Semana do Congadeiro do Bairro de São Francisco da Praia.....	107
7.6. Eventos de turismo étnico-religioso.....	107
7.7. Apoio à produção ceramista.....	108
7.8. Síntese conclusiva.....	113
Considerações finais.....	114
Referências Bibliográficas.....	119

Lista de Pranchas

Prancha 01 – Localização do município.....	17
Prancha 02 – Ocupação urbana de São Sebastião.....	24
Prancha 03 – Procedimentos de Gabinete: análises de documentos	42
Prancha 04 – Trabalhos de campo.....	43
Prancha 05 – Mapa geral dos patrimônios arqueológicos identificados: situação em outubro de 2011.....	55
Prancha 06 – Patrimônios arqueológicos identificados.....	56
Prancha 07 – Patrimônios arqueológicos identificados	57
Prancha 08 – Áreas de Interesse Histórico – Arqueológico.....	58
Prancha 09 – Gestão da Arqueoinformação: o SIGWeb.....	64
Prancha 10 – Gestão da Arqueoinformação: o SIPAC.....	68
Prancha 11 – Curadoria: o Núcleo de Arqueologia Pública de São Sebastião.....	89
Prancha 12 – Projetos de disseminação do acervo: Exposição Marcas da Alma.....	90
Prancha 13 – Semana Escolar de Arqueologia: visita monitorada.....	99
Prancha 14 – Semana Escolar de Arqueologia: etapa de escavação.....	100
Prancha 15 – Semana Escolar de Arqueologia: Atividades complementares.....	101
Prancha 16 – Proj. Terapêutica da Natureza Através do Barro.....	103
Prancha 17 – Palestras e reuniões realizadas.....	105
Prancha 18 – Curso de Formação de Monitores Ecológico – Culturais.....	109
Prancha 19 – Festa do Congadeiro.....	110
Prancha 20 – Turismo étnico.....	111
Prancha 21 – Apoio a atividade ceramista.....	112

Introdução

Observamos atualmente manifestações de preocupação frente a impactos que novos fatores causam no meio em que vivemos. No caso do urbanismo algumas regiões apresentam crescimento e transformação com velocidade acima da capacidade de acomodação ou adaptação por parte da sociedade e de seus recursos.

Estas transformações muitas vezes implicam em perda daquilo que lhe é peculiar, construído pelo homem ou herdado da paisagem que o cerca. Novas necessidades e novas tecnologias absorvem intensamente os recursos disponíveis e demandam transformações mutilantes que, sem planejamento, descaracterizam o ambiente que identifica determinado local.

Temos no caso de São Sebastião, Litoral Norte do estado de São Paulo, um exemplo deste processo. Cidade com cem quilômetros de costa, estreita faixa de terra cerceada por mar e montanha, cortada por vários rios e quedas d'água que geram inúmeras paisagens de acentuada beleza natural.

Possui vasto patrimônio cultural representado pela ocupação sambaquieira e tupi, por séculos de história colonial que legou núcleos urbanos pouco alterados até a primeira metade dos novecentos. Assistiu a implantação de fortificações, prédios oficiais, estradas e fazendas de açúcar e café.

Presenciou o sincretismo do homem indígena, do europeu e do africano que resultou na gente caiçara, personagem símbolo do homem praiano. Todos estes fatos e agentes contemplaram a cidade com seus vestígios, presentes nos sítios arqueológicos, testemunhos de seus hábitos, da ocupação, interação e transformação da paisagem que os cercava, que nos auxiliam a entender nossa história.

Diante deste cenário e da necessidade de proteção do patrimônio arqueológico e de forma correlata, dos demais componentes do patrimônio cultural do município, foi apresentado em agosto de 2008, junto a esta instituição de ensino, o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião, SP, tema de projeto de mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

Esta iniciativa tem como objetivo principal o estabelecimento de políticas públicas para o patrimônio arqueológico no âmbito do município, por meio de

procedimentos presentes em cinco bases: reconhecimento arqueológico, gestão e disponibilização da arqueoinformação, ordenamento jurídico, curadoria e disponibilização do patrimônio arqueológico, etapas detalhadas adiante.

O presente trabalho contempla os objetivos, resultados obtidos e esperados na execução do referido programa e no decorrer de sua consolidação. No primeiro capítulo são apresentadas as características gerais do município e da região, compostas por dados históricos, geográficos e o contexto arqueológico do Litoral Norte.

O panorama presente no município de São Sebastião apresentará as demandas para a elaboração deste programa. Em seqüência, no capítulo segundo serão explanados conceitos, justificativas, objetivos e métodos da iniciativa em questão.

Ao abordarmos a proteção integral do patrimônio arqueológico nos compete inicialmente conhecer o universo de seus bens e diagnosticar o estado atual do conjunto e de cada um de seus integrantes. Deste modo, configura-se como etapa basilar deste programa de gestão o reconhecimento, composto por procedimentos de gabinete e campo, itens explicitados no capítulo 3.

Os procedimentos de gabinete e campo - reconhecimento do patrimônio arqueológico - originam ampla gama de informações necessárias à avaliação de impactos, potencialidades e entendimento global. Tal quadro resulta na necessidade de gestão destes dados e a elaboração de ferramentas que possibilitem respostas ante as questões elencadas, itens que serão descritos no capítulo 4.

O reconhecimento do patrimônio arqueológico e a estruturação das ferramentas de gestão e dispersão da arqueoinformação invocam a necessidade de se aplicar instrumentos protetivos legais e propor diplomas complementares, que garantam a preservação e fruição destes recursos. Nesta direção o capítulo 5 analisa o ordenamento jurídico incidente e explana sobre ações aditivas adequadas ao município de São Sebastião.

O capítulo 6 volta o olhar para procedimentos de curadoria, entendidos como iniciativas de salvaguarda institucional e física dos vestígios arqueológicos bem como ações de disseminação do acervo, isto é, projetos de

exteriorização do patrimônio arqueológico, na forma de projetos museográficos e apoio à produção cultural.

As etapas elencadas se inter-relacionam e convergem para instrumentos de proteção, tanto física quanto institucional do patrimônio arqueológico. Contudo, o ciclo completo de curadoria, conceito explanado adiante, somente se encerra na sua disponibilização, isto é, fazer com que a Arqueologia tenha significância no cotidiano da sociedade diretamente envolvida. Neste sentido no capítulo 7 são abordadas iniciativas de fomento à apropriação dos seus recursos, na forma de apoio à projetos de ordem cultural, educacional e econômico no município de São Sebastião com reflexos para a região.

Finalmente, concluímos com a avaliação dos resultados obtidos, das lacunas presentes e potencialidades a serem alcançadas com a instituição de políticas públicas de proteção e fruição do patrimônio arqueológico, que garantam perenidade no trato a estes recursos. Tal objetivo estará presente na integração do reconhecimento, da disponibilização da informação, na aplicação do ordenamento jurídico, na proteção física de seus vestígios e, sobretudo, na apropriação de seu patrimônio pela sociedade diretamente envolvida, ambiente gerador de desenvolvimento individual e coletivo, o que se convencionou chamar de sustentabilidade.

1. Caracterização da área de pesquisa

1.1. Características geográficas

O município de São Sebastião está inserido na microrregião Litoral Norte do Estado de São Paulo, composta também pelos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba, região administrativa de São José dos Campos e mesorregião do Vale do Paraíba (prancha 01). Possui como divisas Salesópolis a oeste, Bertioga ao sul, Caraguatatuba ao norte e a leste o Oceano Atlântico. Tem como principais acessos a rodovia SP-55 – Rio – Santos, que o conecta às cidades de Bertioga e Caraguá e estas com os municípios de Mogi das Cruzes e São José dos Campos, respectivamente. Na região central está o terminal de balsas com destino ao município de Ilhabela.

Localiza-se numa extensa faixa de marinha, com cem quilômetros de litoral entrecortado por dezenas de praias e costões, delimitada pela borda do planalto, a Serra do Mar, em compartimentos conhecidos localmente por serras do Juqueriquerê e do Dom (AB'SÁBER, sd., p. 9).

O complexo da Serra do Mar é caracterizado por feições amorreadas e escarpas abruptas, com predominância de granitos e gnaisses, solos pouco espessos, depósitos de encosta que oriundam a formação de mangues, restingas e planícies litorâneas. As características do relevo apresentam alta drenagem nas escarpas, propícias a ocorrências de escorregamento e escassa nas planícies, favoráveis ao hidromorfismo. O clima é tropical úmido sem estações de seca, com temperatura média de 19º no planalto e 24º na planície (NETO; ROSSI, 2001, p. 11).

Molduram a paisagem costeira os territórios insulares de origem continental compostos pelas ilhas de Toque Toque, Gatos, As Ilhas, Couves, Cambaquara, Montão de Trigo e do Maracujá; ilhotes do Itacussé, Itapuã e Jukeí; as lajes Dos Moleques e Do Apra (SÃO PAULO, 1989, p. 16, 20, 29).

<p>Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP</p> <p>PRANCHA 01 Localização do município</p>	Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

Em território federal, mas sob ação afetiva¹ e visual, localiza-se o Arquipélago de Alcatrazes, composto por três ilhas, dois ilhotes e duas lajes (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2011).

A hidrografia é composta por rios de maior volume caracterizados por acentuados meandros e águas turvas, decorrentes dos depósitos de biodecomposição (rios Una, Sahý, Boiçucanga), córregos e tributários encachoeirados.

A vegetação é formada majoritariamente pelo domínio de floresta ombrófila densa – mata atlântica, formações arbóreas sobre sedimentos marinhos recentes – restinga e sobre terrenos lodosos – mangues (SÃO PAULO. Estado, 2011).

Desta forma, os aspectos geográficos do município propiciam amplo repertório de paisagens naturais com forte apelo estético, complexos cenários fisiográficos, sujeitos a alterações de ordem natural e antrópica (escorregamentos, inundações) e exíguo espaço habitável. Tal contexto moldou formas interessantes de ocupações pretéritas e oferece ambiente desafiador para o atendimento às demandas urbanas atuais.

1.2. Aspectos históricos

A ocupação humana da cidade e da região remete a um período pré-tupi, evidenciada pelos inúmeros sambaquis e abrigos concheiros, como o encontrado no Sítio Arqueológico Jaraguá - 01, em São Sebastião e nos Sítios Montão de Trigo I e II (AMENOMORI, 2005, p. 26). Sucede-se a esta a presença tupi e suas ramificações, sendo as específicas da região os tupiniquins ao sul de Boiçucanga e os tupinambás ao norte. Relatos e vestígios de nações não tupis apontam a presença de Guaromomins na Enseada de Caraguatatuba (CAMPOS, J., 2000, p.94), e Itararé em territórios insulares,

¹ O conceito sobre afetividade ao lugar, definido como *topofilia*, insere-se no universo dos patrimônios paisagístico – culturais, definidos como os “acidentes da natureza com apropriação cultural (lugares de memória, ‘encantados’, atribuídos à lendas) ou que exerçam forte ação de topofilia - relação afetiva do habitante com o lugar em que vive ou com determinada paisagem” (BORNAL; GALDINO, 2008, p. 27).

como a Ilha de São Sebastião (ARAÚJO, A., 2007, p.25) e Alcatrazes (BORNAL; GALDINO, 2011a).

A cultura indígena contribuiu de forma importante para o estabelecimento do elemento europeu na região, com a tecnologia e saber fazer nativo sobre os acessos por mar e terra, a caça, a pesca, a fabricação de potes cerâmicos e a feitura de cabanas feitas com tramas de paus e fibras, que logo incorporariam o vedo de barro.

A invocação da qual a cidade herdou seu nome originou-se do batismo da Ilha de São Sebastião, que atualmente abriga o município de Ilhabela, em 20 de janeiro de 1502, por ocasião da expedição cartográfica de Américo Vespuccio (ALMEIDA, 1959, p.28).

Ao longo do século XVI a presença lusa limitou-se à esparsas expedições extrativistas e à luta pela conquista do espaço, processo que envolveu as nações rivais Tupiniquim, aliada aos portugueses e Tupinambás, confederadas ao norte e aliada dos franceses (STADEN, 1988, p.125,126).

Com a paz conquistada e a expulsão dos franceses das terras fluminenses, inicia-se a efetiva ocupação colonial, com a instalação de postos de apoio à extração de madeiras, aprisionamento de escravos nativos e, sobretudo, instalações de fortificações para proteger a terra dos corsários espanhóis, holandeses e franceses (LE MOS, 1999, p.74).

Diante da dificuldade de ocupar as terras com recursos estatais, o Reino de Portugal promove a ocupação privada, por meio de doações de terras, em capitanias e por seus donos, em porções menores, as sesmarias. Temos como exemplo o território doado em 1601 a José Adorno, que originou o povoado de São Sebastião, acolhido “em pequena baixada litorânea localizada entre o canal de mesmo nome e os esporões da Serra de Juqueriquerê” (FERNÁNDEZ, 1992, p. 17). A emancipação em relação à Santos deu-se com a ereção a Vila em 16 de março de 1636.

Seu território se estendia, na porção continental, com a divisa de Santos até o Rio Tabatinga, que o limitava ao Norte com Ubatuba, além da Ilha de São Sebastião, território desmembrado em 1806 tornando-se Villa Bella da Princesa, atual Ilhabela. Em 1847, Caraguatatuba emancipa-se, fixando seu limite com o Rio Juqueriquerê, atualmente estabelecido no Córrego Perequê Mirim.

Além do centro urbano fixado na planície litorânea defronte a Ilha, ladeado por dois rios, o Ipiranga e o Outeiro, outro conjunto se formou no Bairro de São Francisco da Praia, decorrente da instalação, em 1650, do Convento Franciscano, erigido sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo.

Na terceira década do século XVIII, instalou-se a indústria do óleo de baleia, sob concessão real, na ponta norte da Ilha de São Sebastião. Os cetáceos eram alvejados no lado continental da barra norte do Canal, no local conhecido atualmente como Ponta do Arpoador, nos arredores da Praia do Barro. O descarte, produção e acondicionamento dos óleos e aproveitamento dos ossos era na chamada Praia da Armação, em Ilhabela (ELLIS, 1968, p. 53).

Pelas praias, engenhos canavieiros e entrepostos de comércio imprimiam pelo litoral o ritmo das viagens e negócios, bem como a vida social. Carlos Lemos (1989, p.27) aponta o ocorrido “no litoral entre Rio e Santos, principalmente na área de São Sebastião, por gente atraída pela possibilidade de vender caro o açúcar aos mineiros, via Parati, de onde partia a estrada às Gerais”. A produção canavieira atingiu seu ápice no último quartel do século XVIII com a presença de 29 engenhos, além de inúmeros lavradores fornecedores de cana (PETRONE, 1968, p. 28; 107).

As unidades produtivas em questão possuíam caráter autônomo: produziam os mantimentos diários com suas hortas; erigiam paredes e cobriam seus telhados por meio de olarias próprias e recolhiam em suas capelas as necessidades religiosas. Neste panorama as fazendas relegavam aos núcleos urbanos o papel de centros administrativos e comerciais (FERNÁNDEZ, 1992, p. 17).

Assim, movida pelo lucrativo comércio de açúcar e aguardente, a região experimentou desenvolvimento econômico, até ser abatida por sucessivas ações governamentais que priorizaram a cidade de Santos como praça comercial e para esta, o monopólio de porto de exportação da capitania de São Paulo (ALMEIDA, 1959, p.106). No entanto, o decorrer dos oitocentos assistiu à retomada efetiva da cultura canavieira no sudeste brasileiro que teve o Litoral Norte como expoente.

Associada à cultura canavieira, e posteriormente, suplantando-a, surge a cultura cafeeira, tendo como portas de entrada no estado paulista os “distritos

do litoral de São Paulo, como Ubatuba e São Sebastião”, tornando-se integrantes das mais importantes lavouras do estado (BRUNO, E., 2005, p. 36).

O incremento da atividade agrícola no litoral sudeste do Brasil demandou investimentos na defesa militar, antes restrita a precárias estruturas de faxina, isto é, erguidas em madeira e terra. Em 1822, foi instalado um sistema de defesa, composto por oito fortificações presentes em São Sebastião e em Ilha Bela, reservando à parte continental quatro baterias, localizadas na Ponta da Sepetuba, Pontal da Cruz, Centro e Araçá, atuando com procedimento de fogo cruzado (MORI; LEMOS; CASTRO, 2003, p. 218).

O café trouxe consigo aumento da demanda por mão de obra escrava, sobretudo, para as terras do planalto, com consequente sobrepreço. Tal procura passou a ser sanada por desembarques clandestinos realizados pelos portos do Litoral Norte paulista, de cativos vindos da África e das terras decadentes do nordeste brasileiro (BRUNO, E., 2005, p. 62). Neste sentido a região vive, nos primeiros decênios do século XIX, intensa atividade econômica temperada com açúcar, café e lágrimas africanas.

A comunicação marítima das gentes praianas paulistas atenuou o isolamento econômico e geográfico da região. Entretanto, no século XIX, com a implantação das ferrovias que ligavam o planalto à baixada santista e à capital fluminense, um hiato formou-se no Litoral Norte. A produção agrária decaiu, e com ela, as grandes fazendas.

Firma-se neste momento a ocupação caiçara, baseada nas comunidades de beira de praia acolhidas nas enseadas. Com elas, o fortalecimento de um modo de vida baseado na cultura de subsistência, na pesca e caça, no conhecimento empírico sobre o tempo e o mar, sobretudo, na ajuda mútua e integração com o meio ambiente (GALDINO, 2007, p.11).

Nas primeiras décadas do século XX, Caraguatatuba foi exceção ao receber três empreendimentos de capital internacional que culminaram com a consolidação, em 1927, da Fazenda dos Ingleses, um grande complexo produtor de cítricos, banana e cachaça.

Em relação a São Sebastião, já na década de 1930, instalou-se o Porto. Porém, este não revelou desenvolvimento considerável tampouco transformações sensíveis, apesar das suas qualidades naturais (calado e abrigo). Tal resultado foi apontado por Ab' Saber (sd., p.8) “pela exiguidade do

espaço costeiro onde se situa o organismo urbano e portuário, e as deficiências das ligações entre o litoral e o planalto, a altura do setor regional”.

Posteriormente, em 1963, é implantado o Terminal Marítimo Almirante Barroso, da Petrobras, com efetiva operação no ano de 1969. Tal empreendimento originou profundas alterações territoriais, demográficas e econômicas no município. Para a instalação do terminal de armazenamento foram desapropriadas glebas de terra na região central. Na década de 1990, em razão de ampliação das instalações, foi destruída a Fazenda do Outeiro, remanescente arquitetônico do período colonial. O próprio outeiro foi dinamitado e seu entulho foi acomodado na orla da Praia do Centro, originando acréscimo de marinha, conhecido como Aterro da Rua da Praia (PETROBRAS, 2009).

Os empreendimentos descritos (Fazenda dos Ingleses, Porto de São Sebastião e Tebar) demandaram a melhoria das vias de acesso e abertura de novas estradas, como por exemplo, a Rodovia dos Tamoios, em direção ao planalto. Em 1956 deu-se a abertura da estrada São Sebastião – Cubatão, que posteriormente integraria o traçado da Rodovia Rio-Santos, concluída anos mais tarde com a ligação do trecho entre Ubatuba e a divisa com o território fluminense. Até a década de 1980, o trecho em direção à Baixada Santista utilizava as areias da Praia de Boracéia, extremo sul sebastianense e duas balsas, na altura de Bertioga e Guarujá. Finalmente, em 1985, concluiu-se o acesso direto a Santos com a pavimentação da rodovia e a construção da ponte sobre o Rio Parateús, em Bertioga.

A abertura e melhoria dos acessos propiciaram a “redescoberta” do Litoral Norte, pela necessidade de mão de obra para os grandes empreendimentos e consequente aumento demográfico e urbano. Aliado a tal demanda surge o fenômeno do veranismo, a chamada ‘casa de praia’. Diante destes novos agentes, a região assiste a rápida transformação urbana e social, caracterizada pela expansão imobiliária, escasseamento do solo, crescimento demográfico e transformação de sua paisagem e recursos naturais. Este novo momento do Litoral Norte foi descrito por Cristina Araújo (2004, p. 5):

As cidades mortas, áreas litorâneas que ficaram isoladas ou parcialmente isoladas, sem desenvolvimento com o advento da ferrovia, seriam agora alvo do surto de ocupação da zona costeira promovida pelos agentes imobiliários, que iriam inaugurar

um mercado de terras extremamente valioso, agregando aos mesmos novos atores: proprietários de terras, incorporadores, corretores e a indústria da construção civil; todos ávidos para absorver esta nova fatia do mercado, qual seja a construção de residências de veraneio para a população de alta/média renda, moradores dos grandes centros urbanos.

Sobre os impactos decorrentes das alterações viárias e do veranismo na região, Flavio Malta (1994, p. 164) aponta que:

A existência de fenômenos tais como a segunda residência, a especulação imobiliária, a aculturação social com mudanças na estrutura de poder a esfera local, a urbanização acelerada e a uniformização da paisagem tem condicionado seriamente o seu desenvolvimento sustentável.

Célia Ballario (2000, p. 51) também observa:

Essas transformações foram ocasionando movimentos de urbanização e, conseqüentemente, interferindo no gerenciamento dos municípios, cuja planificação da ocupação do solo não foi acompanhada por uma regulamentação adequada – característica esta que não é privilégio da região...

A autora (op. cit., p. 95) também aponta que a falta de políticas habitacionais da década de 1970 até os dias atuais originou a ocupação de áreas com menor valor imobiliário, normalmente entre a serra e a rodovia, sem documentação adequada, em loteamentos clandestinos ou irregulares, ou mesmo em áreas de risco geológico.

Concluindo, o quadro urbano atual de São Sebastião é caracterizado por forte adensamento urbano, crescimento desordenado e presença de grandes empreendimentos (prancha 02). Em seus extremos norte e sul podemos encontrar conurbação com as cidades vizinhas, Bertioga e Caraguatatuba. Tais fatores demandam ações e estudos, para que se garanta a preservação, compreensão e fruição das manifestações culturais presentes e das ocupações de outrora, razão pela qual foi submetido este programa de gestão.

Fig. 01: Centro Histórico e empreendimentos coexistentes: Terminal Marítimo de Combustíveis Almirante Barroso e Porto de São Sebastião;
Fig. 02: Bairro Pontal da Cruz;
Fig. 03: Casas de veraneio de alto padrão, no Bairro de Guaecá;
Fig. 04: ocupações irregulares no Bairro de Camburi.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 02
Ocupação urbana de São Sebastião

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

1.3. Contexto arqueológico regional

Como abordado, o Litoral Norte do Estado de São Paulo² oferece possibilidades interessantes para a análise arqueológica, evidenciadas pelas nuances geográficas que determinaram diferentes formas de ocupação e por abrigar importantes momentos da formação nacional. Diante deste potencial foram alcançados resultados significativos, por iniciativas de caráter acadêmico e, sobretudo, por projetos no que se convencionou chamar de Arqueologia de Contrato.

Tais projetos já delineiam a trajetória humana nesta região, marcada desde ocupações pescadoras - coletoras pré-tupis até os dias atuais, configurando esta terra como território de lutas e aculturações.

1.3.1. Grupos caçadores – coletores

As pesquisas arqueológicas realizadas na região permitem voltar nosso olhar para até 2640 anos antes do presente, com a ocupação dos grupos pescadores - coletores, descritos por Amenomori (2005, p. 28) como habitantes “... que tinham o domínio do mar e da terra. Sua locomoção e conhecimento do mar auxiliaram na captação de recursos naturais e sua percepção levou-os a escolher determinadas áreas a serem ocupadas.”

Para a compreensão deste contexto colaboraram as descobertas dos sítios Tenório, Couves e Mar Virado, por meio de pesquisas conduzidas por Dorath Uchoa e Amenomori, em Ubatuba (CALIPPO, 2010, p. 264) e abrigos concheiros em Ilhabela e na Ilha de Búzios (BENDAZZOLI, 2011).

Morais (2009, p.35) e Brochier (2009, p.114), apontam uma ocorrência e um sítio arqueológico de natureza pré-colonial, composto por lâmina de machado polida e lascas em materiais diversos, respectivamente, no município de Caraguatatuba, descobertas derivadas de projetos de licenciamento ambiental para a indústria de petróleo e derivados.

² Reservamos este capítulo para o contexto arqueológico das cidades irmãs do Litoral Norte. O cenário arqueológico do município de São Sebastião será abordado adiante, no decorrer dos capítulos sobre o Programa de Gestão.

1.3.2. A ocupação tupi

O cotidiano dos chamados grupos ceramistas nesta parte do litoral foram descritos por navegantes e viajantes, dentre eles, Antony Knivet (2007, p. 241) ao relatar em 1591, a presença “de índios pescando com seus arcos e flechas. Se seguirem com seu bote até esta ponta avistarão uma enorme baía [...] onde fica uma grande aldeia de canibais...”. No século XVI, o artilheiro alemão Hans Staden (1988, p. 125, 125) narra práticas tupinambás e os locais habitados e frequentados por estes, com os quais convive e parte em incursões contra os tupiniquins ao sul.

As informações presentes nos relatos e documentos foram corroboradas em projetos arqueológicos que resultaram na identificação de sítios cerâmicos, dos quais se destaca o Sítio Itaguá, em Ubatuba, pesquisado pelas arqueólogas Dorath Pinto Uchôa e Maria C. Mineiro Scatamacchia. As pesquisas identificaram um ambiente de contato, com concomitância de artefatos de origem tupi e oriundos de comércio com o elemento europeu (AMENOMORI, 2005, p. 29). Pesquisas conduzidas na Ilha de São Sebastião – Ilhabela identificaram padrões de assentamento de origem tupi, dentre os quais destaca-se o Sítio Barra Velha I (BORNAL, 2007, p.60).

1.3.3. Ocupação histórica (séculos XVI ao XXI)

A ocupação colonial é representada pela identificação de vestígios de antigas fazendas, testemunhos das atividades canavieira e cafeeira, núcleos urbanos e instalações oficiais como fortes e armações. Neste sentido contribuiu a obra de Wagner Gomes Bernal que delineou a ocupação da face continental de Ilhabela com a descoberta de 9 sítios arqueológicos de tal natureza, com restos de edificações e bolsões de descarte oriundos do século XIX (ORIGEM, 2010, p.111).

Em Ubatuba surge como expoente as Ruínas da Lagoinha, elementos arquitetônicos de sede assobradada, erigida em alvenaria de pedra e barro. Entretanto, diante dos documentos, relatos e toponímia referentes a esse município ainda há um grande potencial a ser identificado, ordenado e disponibilizado.

O avançar dos novecentos relegou à região importantes testemunhos, sobretudo no município de Caraguatatuba. Se nos primeiros séculos a ausência de bom porto freou sua ocupação colonial e relegou a cidade ao isolamento, no século XX a abundância de terras agricultáveis em sua planície sedimentar inverteria esta situação.

A extensa retro-área em contraponto à exiguidade de terras planas das cidades irmãs abrigaria um importante complexo agrícola industrial, a Companhia Brasileira de Frutas. Mais conhecida como Fazenda dos Ingleses, instala-se com capital britânico em 1927, tendo funcionado por 40 anos (GALDINO, 2003, p. 13). Por sua importância social, por seus vestígios e por comparecer fortemente na memória local foi cadastrada como patrimônio arqueológico no ano de 2011 (BORNAL; GALDINO, 2011b).

Ainda em Caraguatatuba foi reconhecido como patrimônio arqueológico o Terreiro *Ilê Ñ Zambi*, templo de candomblé, testemunho da cultura africana banto, em plena atividade nos dias atuais (BASTOS; SOUZA; BORNAL, 2011).

Deste modo, o Litoral Norte tem amplo repertório de sítios arqueológicos, decorrentes de todas as fases de ocupação, do pré-tupi até aos nossos dias. Porém, inúmeras fontes documentais, toponímicas e geoindicadoras oferecem imenso potencial ainda a ser descoberto. Diante deste cenário e de deficiências relativas ao reconhecimento, proteção e disponibilização deste patrimônio, torna-se necessária a formulação de políticas públicas para a gestão destes bens, razão pela qual foi apresentada uma proposta para o município de São Sebastião.

2. O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião

Como abordado anteriormente, o município de São Sebastião abriga vasto patrimônio cultural e é palco de diversas transformações ocorridas no decorrer da segunda metade do século XX até os dias atuais, tendo diante de si o embate entre paisagens idílicas *versus* escasso espaço urbano. Tal fator gera impactos negativos ao meio urbano e aos seus bens culturais, como por exemplo, a especulação imobiliária, assentamentos irregulares e supervalorização da terra.

Segundo Paulo Mello (2006), as grandes obras de engenharia figuram entre os principais agentes destrutivos do patrimônio cultural. Em São Sebastião, a instalação de novos acessos, área portuária, terminal petrolífero e grandes empreendimentos, em associação com o Turismo e o veranismo, resultou em privatização de praias, escasseamento do solo e acentuado crescimento populacional e urbano.

Este processo originou intensa imigração de trabalhadores, que sem opções de moradias, ocupam áreas de proteção ambiental, como matas nativas e mananciais. Têm-se como agravantes a voracidade e velocidade em que os condomínios de luxo são construídos, não permitindo, sem adequada fiscalização, o estudo dos impactos ambientais e culturais sofridos decorrentes de sua implantação.

Outro aspecto negativo é composto pelas incertezas e adversidades que são encontradas na administração pública, no que se refere à proteção ao patrimônio cultural. A falta de conhecimento sobre o universo da Arqueologia e a falta de perenidade referente ao trato arqueológico não propicia caráter preventivo e provoca omissões frente a ações lesivas e interrupções quando alguma iniciativa de pesquisa e disponibilização é implantada, deficiências observadas por Marcela Tinoco (2001, p. 259): “Sabemos, no entanto, que a atividade de projetar sobre o urbano, no aparelho estatal brasileiro, tem se dado de maneira extremamente contingencial, não se constituindo uma prática efetiva das administrações públicas...”

Como observado, o rápido processo de transformação impresso em nosso município, ao ser implantado sem planejamento, fatalmente colocará em risco a diversidade cultural e ambiental presente em São Sebastião. Um

exemplo de evidenciação do encontro entre estes dois legados está presente na Arqueologia.

A apropriação do espaço, os vestígios deixados, as assinaturas antrópicas impressas na paisagem são testemunhos da interação homem – ambiente. E São Sebastião apresenta terreno fértil para o uso desta ciência e de seus objetos como vetores de sua cultura. Tais bens culturais devem ser objetos de estudo, preservação e transmissão, consoante com os conceitos presentes na Carta de Lausanne (IPHAN, 2010), ao afirmar que:

O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto.

Apesar de sua importância, colabora para as incertezas que permeiam a proteção ao patrimônio arqueológico o conhecimento deficiente pela sociedade em geral da Arqueologia enquanto ciência e sobre suas implicações. Sob esta questão observa Maria Cristina de Oliveira Bruno (1995, p. 18): “Em uma certa medida, é possível reconhecer que o arqueólogo conseguiu maior visibilidade no Brasil mas, o conhecimento por ele produzido ainda não foi assimilado e contextualizado no âmbito da sociedade brasileira.”

A percepção geral sobre este universo remete o pensamento à contextos exóticos, distantes, ou de caráter monumental, no sentido de grandioso, com forte apelo estético, componentes menos presentes no panorama brasileiro (MENESES, 2007, p. 52). Todavia, em territórios urbanos a Arqueologia pode estar no estacionamento do banco, no leito das ruas ou até sob o cemitério público, conforme veremos adiante, fatores que apresentam desafios ao arqueólogo para promover a sensibilização da população em geral para com estes recursos.

Sobre as potencialidades do patrimônio arqueológico, nos âmbitos municipais este inexistente como subsídio as atividades educacionais, ou quando o é, seu aproveitamento é insatisfatório. Desta forma o educando não reconhece em seu território os processos de ocupação, costumes, fases econômicas, enfim, a identidade de sua cidade ou região, o que incide sobre o

município de São Sebastião. Sobre este enfoque mais uma vez recorre-se à professora Maria Cristina Bruno (1995, p.7):

Percebe-se então, que os estudos voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são consideradas como fontes para a interpretação desta nação.

A apropriação do patrimônio arqueológico como vetor educacional e agente de fortalecimento da identidade local faz-se ainda mais necessário numa cidade com acentuada imigração e intensa atividade turística. Aqueles que chegam ou visitam, ao conhecer a história da cidade, poderão aprender a respeitá-la, consoante com as palavras da arquiteta Cássia Magaldi (1992, p.21):

... o patrimônio ambiental urbano pode ser considerado a materialização das relações sociais que interagem no espaço da cidade, funcionando como elemento de identidade. A sua preservação deve ser vista como parte de uma luta. A luta pela apropriação da cidade visando resguardar seus significados culturais que testemunham seus modos de vida e experiências.

Promover este reconhecimento no município de São Sebastião torna-se importante pela pouca percepção social acerca do seu patrimônio arqueológico e pela vocação da cidade para o Turismo. Esta atividade está hoje concentrada na motivação praia e calor, que demanda diversificação para a área ecológica e cultural, para torná-la ativa durante todo o ano e geradora de maiores oportunidades.

Diante dos problemas apontados: rápida transformação do espaço urbano, desconhecimento e escasso aproveitamento do patrimônio arqueológico, (fatores que põem em risco sua preservação), faz-se necessária a implantação de um programa, em nível municipal, de proteção aos bens arqueológicos, com objetivo geral de imprimir na municipalidade a institucionalização de políticas públicas para a Arqueologia, num processo contínuo de prevenção, preservação e fruição de seus recursos. Tem-se como objetivos específicos propiciar ao patrimônio arqueológico seu reconhecimento, a disponibilização de suas informações, a proteção efetiva legal, salvaguardar adequadamente seus vestígios e promover a apropriação de seus recursos pela sociedade.

2.1. Dos métodos

Os objetivos acima elencados podem ser alcançados na forma de um programa amplo e abrangente que propicie protocolos de intervenção, perenidade no trato ao patrimônio arqueológico e institucionalização de ações decorrentes, iniciativas presentes num Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico. Neste contexto, este patrimônio deixa de ter importância não apenas para a compreensão do passado, mas, sobretudo, implicações no presente. Este fato é decorrente das demandas de conservação destes recursos e da elaboração de estratégias para a apropriação pela comunidade, como afirmam Reino et al.:

[...] además de ser producto del pasado, está constituido por formas que existen físicamente en el presente, por lo tanto presentan problemas prácticos, de conservación, protección, recuperación... em definitivo, problemas de gestión (2002, p. 16).

Deste modo, gerenciar o patrimônio arqueológico é entendido por Marise Campos e Rossano Lopes Bastos (2010, p. 55) como:

...a forma integrada de como o patrimônio arqueológico poderá permanecer relevante para o futuro da nossa sociedade. A gestão integrada é um programa transdisciplinar, que implica a identificação, o inventário, o estudo, a conservação e a valorização dos testemunhos materiais e imateriais.

Os autores abordam primeiramente a necessidade de reconhecimento do patrimônio arqueológico, aqui entendido inicialmente como sua localização e sistematização dos dados. Tal iniciativa subsidiará políticas de proteção, na forma da aplicação e proposição de ordenamento jurídico, iniciativas de curadoria e disponibilização, consoante com as palavras de Osório e Salgado (2007, p. 10):

Só com um registro exaustivo se poderá zelar pela salvaguarda desse patrimônio municipal, efetuando uma descrição profunda do território que se estuda e obtendo um instrumento legal para legitimar, junto dos técnicos e dos políticos, a proteção desses sítios arqueológicos, no decurso dos diversos projetos públicos e privados.

Para a aplicação deste programa de gestão utilizou-se como base as experiências implantadas pela Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

no Projeto Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira (SCATAMACCHIA, 2005a), São Paulo, no PROJPAR – Projeto Paranapanema/USP/MAE, sob a direção do Prof. Dr. José Luiz de Moraes (PROJPAR, s.d., p. 6), e do Projeto Arqueológico São Francisco – São Sebastião – SP, sob a coordenação do Prof. Dr. Wagner Gomes Bernal (BORNAL, 2008).

Estas iniciativas contemplaram, em sua idealização e execução, procedimentos incidentes no reconhecimento de panoramas globais, por meio das chamadas geotecnologias e na mínima intervenção nestes sítios, conceitos presentes na Arqueologia da Paisagem definida deste modo por Moraes (2006, p. 209):

A arqueologia da paisagem, enquanto subcampo, estuda o processo de artificialização do meio, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento. [...] assim, estuda a regularidade, o arranjo e a distribuição das transformações do meio ambiente em uma área geográfica definida.

Amado et al. (2002, p. 22) observam que:

La Arqueologia del Paisaje permite comprender el registro arqueológico en su dimensión y, desde esa comprensión, permite administrar mejor esos restos arqueológicos y revalorizarlos como recursos culturales en el contexto e proyectos de ordenación del suelo y de obras de intervención sobre el suelo.

Com um processo abrangente de procedimentos, além de pesquisas pontuais sobre determinado patrimônio arqueológico, a gestão permitirá atuação permanente e dinâmica com o universo arqueológico de determinado município e uma relação perene com a sociedade. Em caso de êxito neste processo, há de se formar um celeiro para projetos derivados e subsídios para suprir demandas nos âmbitos cultural, econômico e educacional.

Ações integradas para a proteção do patrimônio arqueológico estão previstas na Carta de Lausanne, decorrente de assembléia mundial onde se reafirmou a necessidade da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade neste processo, conforme preconizam Amado et al. (2002, p. 14) o uso de “critérios, procedimientos y instrumentos de trabajo necesarios para gestionar el patrimonio arqueológico de forma integral.” Tal cenário é definido por José

Luiz de Moraes como “Ciclo Completo de Curadoria”³, que inclui nas etapas da pesquisa arqueológica a disponibilização à sociedade.

Sobre as linhas de atuação deste programa de gestão, foi encontrada similaridade com o proposto pelo Laboratorio de Arqueología e Formas Culturais, do Instituto de Investigaciones Tecnológicas de La Universidad de Santiago de Compostela, citado por Reino et al. (2002, p. 13). O referido programa se baseia em três atividades principais: investigação, desenvolvimento tecnológico aplicado à gestão e prestação de serviços:

[...] cuja validez práctica se comprueba, primero, en proyectos de asistencia técnica y se transfiere, después, al entorno social y productivo como oferta de servicios, como productos acabados que puedan ser utilizados por terceros y/o como publicaciones de carácter especializada o divulgativo.

Pretende-se com isso oferecer bases para a conservação preventiva do patrimônio arqueológico e permitir que o mesmo possa oferecer oportunidade de desenvolvimento social, por meio de recursos pedagógicos aplicados e mecanismos de geração de renda, visando o que se convencionou chamar de sustentabilidade, conforme explana Elza Castro (2002, p.49):

Seja um processo de mudança capaz de garantir que os esforços de desenvolvimento gerem condições de maior equidade social, em consonância com a preservação da qualidade de recursos naturais e ambientais e com respeito às identidades sociais e culturais. Portanto, o desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio podem parecer a princípio incompatíveis, porém sob o enfoque da conservação integrada verifica-se que pode associar ambas as ações se forem consideradas as estratégias de desenvolvimento e apoiados os valores intrínsecos dos sítios históricos.

Assim a gestão do patrimônio é executada de forma integrada com a sociedade em geral, por meio da definição de parâmetros, identificação de demandas e fruição, preceitos presentes na **Arqueologia Pública**, descrita por Robrahn – González como a:

(Ramificação da Arqueologia) voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico – histórico (2006, p. 64).

³ Informação verbal fornecida em aula da Disciplina MAE-USP “Arqueologia da Paisagem”, em 22 de agosto de 2006.

Anne Pyburn e Marcia Bezerra (2006, p. 184) observam que:

A arqueologia pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público, ou seja, mais do que uma linha de pesquisa dentro da disciplina, a arqueologia pública é inerente ao exercício da profissão.

As autoras preconizam projetos que primem pela participação da comunidade envolvida e “nos tornem inexoravelmente responsáveis não pelo patrimônio público, mas pela construção do patrimônio pelo público” (op. cit., p. 189). Ainda sobre este aspecto, e envolvendo os campos de abrangência da Arqueologia Pública, temos a seguinte definição:

A Arqueologia Pública é compreendida como todos os aspectos públicos da Arqueologia, incluindo tópicos como políticas arqueológicas, educação, política, religião, etnicidade e Arqueologia, envolvendo público em Arqueologia (ASCHERSON, 2000 apud FUNARI; OLIVEIRA; TAMANINI, 2008, p. 132).

Neste sentido aderimos à premissa de que a pesquisa arqueológica imbuída por caráter público configura-se como ato de justiça e cidadania, consonante com os preceitos democráticos de um estado de direito. De encontro, a Arqueologia deve contribuir com sua parte para o desenvolvimento individual e coletivo, através da devolutiva de ‘produtos’ destinados à educação e à economia, consoante com as palavras de Antonio Carlos Valera (2008, p. 10):

Sem querer, de forma alguma, excluir a prática do conhecimento pelo conhecimento [...] é inaceitável que esse mesmo conhecimento não seja perspectivado na sua vertente instrumental, orientado à crítica e à mudança sustentada por valores, ideais, projetos, ou seja, que tenha fundamentos ideológicos, sociológicos e políticos. Esta perspectiva é tanto mais exigível quanto a produção científica se transformou numa actividade especializada, sustentada por uma sociedade que encontra a justificação do financiamento no retorno social que desse conhecimento resultar. Retorno esse que tanto poderá surgir sob a forma de benefícios materiais vários, que melhora condições gerais da vida, como através do desenvolvimento intelectual de cada individualidade.

A conceituação apresentada pela Arqueologia Social tem servido de base para as discussões e formulações das propostas desenvolvidas no âmbito do Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira (SCATAMACCHIA, 2005a). Tendo como princípio o materialismo histórico, propõe a verificação da regularidade dos fenômenos arqueológicos observados a partir de leis

históricas. Bate (1989 apud SCATAMACCHIA, 2011, p. 22), considerando as particularidades do conhecimento arqueológico, achou importante repensar a utilização de certas categorias, tais como modo de produção e formação social.

A adoção do conceito de *modo de vida*, “que pasó a designar las mediaciones entre cultura y formación social, expresando particularidades de ésta” (op.cit, p. 15) tem sido um instrumento útil para a pesquisa arqueológica. De acordo com este autor este conceito traduz as especificidades da formação sócio-econômica, no que se refere à organização social e técnica, condicionada tanto pelo meio ambiente como pelos contatos entre grupos sociais.

A seleção de uma área geográfica serve para estudar os diferentes tipos de interações desenvolvidos entre os diferentes grupos com o meio ambiente ao longo do tempo. Partimos da idéia que o conhecimento do passado deve ser usado em benefício do presente e do futuro e o arqueólogo cumpre o seu papel social sendo o intermediário entre o registro arqueológico das antigas atividades e a população atual. O Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira desde o início envolveu atividades de pesquisa e de extensão de serviços para a comunidade (Scatamacchia, 2005a; 2011).

No entanto, a gestão do patrimônio é permeada por riscos em sua execução, por envolver a interação entre patrimônio, meio ambiente e agentes sociais com diversas expectativas e demandas sobre seu patrimônio. Reino et al. (2002, p.17) ressaltam estes desafios diante de “procesos sociales no inocentes (política del suelo, explotación del medio, producción de valor, creación de identidades sociales, manejos políticos)...” Todavia, diante da existência do patrimônio arqueológico em determinado município há a necessidade de dispor suas informações, conhecer e aplicar seu ordenamento jurídico e (co)laborar num processo contínuo de apropriação destes recursos.

Diante do exposto, propomos para a cidade de São Sebastião a implantação de um programa de gestão do patrimônio arqueológico que propicie proteção pela prevenção e disponibilização à comunidade, com reflexo para os outros componentes do universo cultural do município. Para a aplicação desta iniciativa encontrou-se terreno favorecido em grande parte pelo trabalho do arqueólogo Wagner Gomes Bernal, em atuação na localidade desde o início da década de 1990. Sobre as benesses de um trabalho

duradouro em determinada região, Eduardo Góes Neves⁴ observa que quando há atuação perene do profissional com o local pesquisado os resultados referentes à apropriação do patrimônio arqueológico dão-se de forma efetiva.

No mesmo sentido, Maria Lúcia Pardi (2007. p, 321) aponta que “a experiência mostra que a melhor situação até o momento foi quando o arqueólogo, pesquisador comprometido com a região, demonstra empreendedorismo”. Ilustra este caso o fato de que, em determinado momento da pesquisa arqueológica em São Sebastião, a municipalidade se absteve de gerenciar seu patrimônio, sendo supervisionado por Bernal durante três anos - 1996 a 1998 - às suas expensas.

2.2. Síntese conclusiva

O panorama atual do município de São Sebastião apresenta rico patrimônio cultural, presente em todos os seus componentes, em especial, os bens arqueológicos. Contudo, tais recursos encontram-se sob pressão de transformações de ordem urbana e social, representadas por presença de grandes empreendimentos e rápida ocupação de seu território, com consequente crescimento demográfico. Além destes aspectos não existia percepção sobre a Arqueologia e seus benefícios, tampouco disponibilização destas informações.

Diante de tais demandas foi apresentado o referido programa de gestão, com o objetivo de promover a proteção, pesquisa e disponibilização destes recursos à sociedade, por meio de métodos oriundos da Arqueologia da Paisagem, no tocante ao reconhecimento de panoramas regionais, na utilização das geotecnologias e na mínima intervenção, benesses alcançadas com otimização de tempo e recursos. Completam o rol de métodos aplicados os conceitos presentes na Arqueologia Pública, pertinente ao constante norteamento dos procedimentos para que se alcance a participação efetiva da sociedade no gerenciamento e fruição do patrimônio arqueológico, bem como na construção do conhecimento.

⁴ Informação verbal fornecida na Semana de Arqueologia MAE-USP, em 08 de julho de 2011

Nesta direção propomos a implantação do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião com a realização de atividades em cinco bases inter-relacionadas: reconhecimento/identificação, gestão da arqueoinformação, ordenamento jurídico, curadoria e disponibilização.

As atividades pertinentes a este programa de gestão já alcançou alguns resultados que superam seus objetivos iniciais. Para efeito de organização dos dados, serão elencados neste momento os procedimentos e seus derivados, divididos nas cinco etapas do programa citadas.

3. Do reconhecimento do patrimônio arqueológico

Para tornar público o patrimônio arqueológico de São Sebastião é necessário fazer com que as informações sobre sua existência, suas salvaguardas legais e potencialidades estejam disponíveis para a sociedade. Com este objetivo realizou-se como etapa primeira do programa de gestão o reconhecimento dos patrimônios arqueológicos do município em associação com os outros bens culturais, por meio de procedimentos de gabinete e campo.

Em relação aos trabalhos de gabinete procedeu-se a análise de documentos bibliográficos, cartoriais e cartográficos, com o objetivo de localizar possíveis indicativos de ocupações pretéritas (prancha 03). De forma correlata, procedeu-se pesquisa bibliográfica e documental sobre projetos realizados no município, com resultados positivos ou não, termos aplicados neste caso em relação à existência ou não de vestígios arqueológicos. Tais dados alimentarão carta específica, documento base para consultas de futuras intervenções nos territórios atingidos.

De forma prioritária foram utilizadas para verificação de áreas potenciais as informações orais e toponímia indicadora. No início do programa coletou-se um conjunto de 35 indicações de possíveis sítios. A escolha dos critérios de informações orais, além de otimizar o trabalho de campo, imprime legitimidade e fomenta a participação da comunidade envoltória na construção do conhecimento, consoante com o que aborda José Luiz de Moraes (PROJPAR, s.d., p. 5):

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que sustentam os princípios teóricos e metodológicos adotados na pesquisa arqueológica são uma aplicação holística *per se*, pois refletem a intenção de construir pontes sobre as fronteiras disciplinares e a tradição. O saber local, especialmente no ambiente de campo, deverá ser vivamente considerado.

O trabalho de campo constitui-se na base o programa de gestão, característica representada não somente pela identificação de sítios arqueológicos, mas no seu estado de conservação, grau de ameaça à sua integridade, potencialidades educacionais bem como o entendimento do quadro regional de ocupação. Esta visão ampla possibilitará a compreensão aprofundada de cada sítio, em projetos específicos, conforme aborda Meneses

(2007, p. 40): “Já o patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz em princípio, pela intermediação da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa de campo.”

Desta forma, foi realizado o reconhecimento amostral do território do município de São Sebastião, em sentido norte – sul, isto é, do Bairro Canto do Mar, divisa com Caraguatatuba até a Praia de Boracéia, divisa com Bertioga (prancha 04). Estas ações foram realizadas em caráter inicial e investigativo e dessa forma, foram compostos prioritariamente por prospecções visuais, verificação de superfície e análise de perfis/cortes já existentes no terreno, na busca por vestígios ou estruturas arquitetônicas aparentes. Estes procedimentos são revestidos por mínima intervenção, reservando ações mais acentuadas a projetos decorrentes, conforme preconiza Godoy (2003, p. 92, 98).

Neste sentido tem-se o objetivo de conhecer a quantidade e a distribuição espacial dos sítios arqueológicos, com caráter não interventivo e não destrutivo segundo prescreve Moraes (1999, p. 12; 2006, p. 206). Assim nossa atuação transita no que o autor (2006, p. 210, 211) define como rastreamento preliminar do potencial arqueológico e a avaliação do potencial arqueológico, com procedimentos mais invasivos.

Diante da necessidade de realização de transecto de prospecções em sub-superfície tais sondagens foram orientadas a partir do estabelecimento de um eixo magnético com uma “malha” de ataques, de forma a cobrir igualmente várias porções do terreno. Tal abordagem está baseada no método de amostragem geométrica para aplicação em grandes áreas facilitando a identificação de sítios arqueológicos em grandes espaços territoriais (REDMAN, 1974 apud BORNAL; GALDINO, 2009, p. 28). Todavia, adaptou-se tais diretrizes metodológicas para as diversas áreas deste projeto de pesquisa.

O estudo aprofundado de cada sítio arqueológico não se configura como objetivo inicial deste programa de gestão. Porém, diante de necessidade pontual procedeu-se aprofundamento diagnóstico, ou seja, a pesquisa sistemática do espaço interno de sítios, objetivando recuperar informações relacionadas à sua estrutura e funcionamento (BORNAL; GALDINO, 2009, p. 28).

Para a realização do trabalho de campo ressaltou a colaboração oriunda de projetos concomitantes: Programa de Prospeções Arqueológicas Sistema de Tratamento de Esgotos do Município de São Sebastião, SP (ORIGEM, 2011) e Programa de Gestão Arqueológica do Oleoduto OSBAT no âmbito do Município de São Sebastião, SP (HABITUS, 2011). Os dados resultantes dos referidos programas foram gentilmente cedidos.

Utilizou-se como base teórica para definição dos registros arqueológicos os preceitos fornecidos por Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza. Estas premissas trazem para a cronologia do universo arqueológico vestígios oriundos de processos que avançam pelo século XX, “vestígios, estruturas e outros bens que possam contribuir na compreensão da memória nacional...” (2010, p. 47).

Considerou-se então como passíveis de serem incluídos no rol de bens arqueológicos a antiga usina de força, a estrada de marinha, o velho hotel, a fábrica desativada, etc. Tais testemunhos apresentam caráter pioneiro, pois marcaram transição ou modernização referente à sociedade caieira e de certa forma imprimiram mudanças no cotidiano cultural sebastianense. Portanto, simbolizam atualmente locais de memória para as comunidades do entorno.

Diante do exposto foram caracterizados os patrimônios arqueológicos em três categorias, conforme descritas:

Sítio Arqueológico: patrimônio cultural composto por testemunhos que englobam “todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados” (IPHAN, 2011);

Área de Ocorrência Arqueológica – AOA: definida por Rossano Lopes Bastos e Marise Campos (2010, p. 207) como “objeto único ou quantidade ínfima de objetos aparentemente isolados ou desconexos encontrados em determinado local...”;

Área de Interesse Histórico – Arqueológico – AIHA: para a definição desta categoria utilizou-se o conceito unitário de sítios arqueológicos urbanos (BASTOS; SOUZA, 2010, p.46) aplicado para o coletivo. Neste projeto a definimos como um conjunto de ordem arquitetônica e urbanística composto

por edificações, arruamentos e equipamentos de infra-estrutura que trazem consigo testemunhos de momentos pretéritos, com alto potencial cultural e ampla necessidade de execução de pesquisas. A implementação de seu perímetro se configura como medida cautelar com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e apontar a necessidade de elaboração de procedimentos futuros.

Para cada sítio arqueológico identificado foram feitos trabalhos de identificação e caracterização de forma a obter dados precisos sobre sua natureza, morfologia e estado de conservação. Para tanto, são preenchidas as fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA e formulário eletrônicos de nossos programas, que contem dados básicos de localização com GPS (datum SAD 69) e caracterização, além de documentação fotográfica e gráfica (desenho de planta e croquis). Estes dados são organizados nas ferramentas de gestão da arqueoinformação, detalhadas adiante.

Os sítios arqueológicos descobertos serão siglados com três letras e precedidos pelas siglas das unidades da federação (no caso o estado de São Paulo e o município de São Sebastião) e relacionados com números arábicos. Exemplo: Sítio Arqueológico Belvedere 01: SP-SS-Bel-01. Nas outras categorias de registros arqueológicos mantêm-se o mesmo critério, apenas com a inclusão das siglas AOA (Área de Ocorrência Arqueológica) e AIHA (Área de Interesse Histórico – Arqueológico). Para os sítios arqueológicos com descoberta anterior a este programa serão mantidas suas identificações originais.

A realização do trabalho de campo englobou, além do patrimônio arqueológico, os demais bens componentes do patrimônio cultural de São Sebastião (patrimônios edificados, imateriais e paisagístico – culturais), o que conceituo como bens culturais integrados, contemplados com descrição sumária, registro fotográfico e locação por GPS dos exemplares identificados.

Fig. 01: detalhe de mapa de 1906 da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, onde constam sinalizações de unidades habitacionais, informação comprovada com os sítios arqueológicos Ventura e Gaivotas;
 Fig. 02: imagem de 1923, com cicatrizes da antiga estrada de marinha. Fonte: acervo DPH – PMSS;
 Fig. 03: imagem de 1923 onde constam aspectos de propriedade rural na Praia de Toque Toque Grande. Fonte: acervo DPH – PMSS.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 03
Procedimentos de Gabinete:
análises de documentos

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

Fig. 01: prospecções realizadas no Sítio Boa Vista 01. Acervo do autor;
 Fig. 02: procedimentos realizados no Cemitério Central. Acervo do autor;
 Fig. 03: reconhecimento arqueológico no Sítio Fazenda Santana 01. Acervo do autor;
 Fig. 04: reconhecimento da AIHA Caminho Caiçara, região de costeira do município. Acervo do autor;
 Fig. 05: Conversa com morador da área envoltória ao Sítio Ventura 01. Acervo do autor.

<p>Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP</p> <p>PRANCHA 04 Trabalhos de campo</p>	Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

3.1. Dos resultados obtidos

Como abordado anteriormente, não compete a este programa de gestão proporcionar a imediata compreensão sobre os sítios arqueológicos de São Sebastião e sim oferecer condições para aprimoramentos futuros. Entretanto, algumas lacunas sobre a ocupação do território sebastianense começaram a ser preenchidas, como a descoberta de sítios pré-coloniais no núcleo urbano central (Sítio Cemitério Central – 01) e na Ilha Principal de Alcatrazes (sítios Porto dos Faroleiros 01, Abrigo Saco do Funil 01 e 02) e de ocupações coloniais possivelmente unifamiliares em cotas altimétricas elevadas e em terrenos distantes dos núcleos urbanos (sítios Boa Vista – 01 e Antão Soares – 01), todos descritos adiante.

Completa os resultados globais a identificação de possíveis núcleos ceramistas, com épocas e tipologias distintas de produção de vasilhames cerâmicos (Bairros de Paúba, Enseada e Fazenda Santana). A percepção sobre esta atividade no município estava anteriormente restrita ao Núcleo do Bairro de São Francisco da Praia.

O percorrimto geográfico proposto (sentido norte – sul), efetuado em caráter amostral, resultou na identificação de 31 sítios arqueológicos, sendo 23 descobertos durante o programa e 09 já cadastrados anteriormente e inseridos nos sistemas de banco de dados; 08 áreas de ocorrência arqueológica e 04 áreas de interesse histórico – arqueológicas, além de bens culturais integrados, patrimônios descritos a seguir (pranchas 05, 06, 07 e 08).

3.1.1. Sítios arqueológicos descobertos

- a) Sítio Enseada 01 (SP – SS – Ens 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por vestígios de edificação e bolsões de material antrópico, possivelmente relacionado a unidade produtiva canavieira. Está localizado no Bairro da Enseada, Costa Norte do município, sob as coordenadas 23k 0456751, 7375661;
- b) Sítio Gaivotas 01 (SP – SS – Gvt – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por alinhamento de pedras, acessos e bolsões de

material antrópico, com presença de cerâmica de produção regional e faiança de procedência européia. Está localizado na Praia das Gaivotas, Costa Norte do município, sob as coordenadas 23k 0458006, 7376248;

- c) Sítio Ventura 01 (SP – SS – Ven – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por alicerces de alvenaria de pedra, bolsões de material antrópico e cicatrizes em jazida de pedra. Está localizado na Praia do Ventura, costa norte do município, sob as coordenadas 23k 0458526, 7376065;
- d) Sítio Forte da Sepetuba 01 (SP – SS – Sep – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por estrutura de alvenaria seca relacionado ao Forte da Sepetuba. Tal edificação foi componente do sistema de fortificação do Canal de São Sebastião, responsável pela proteção da Barra Norte. Está localizado na Ponta da Sepetuba, sob as coordenadas 23k 045930, 7374927;
- e) Sítio Mesquita 01 (SP – SS – Mqt – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por remanescentes construtivos e bolsões de material antrópico relacionados à antiga Fazenda Mesquita. Está localizado na Praia das Cigarras, sob as coordenadas 23k 0458837, 7375312;
- f) Sítio Neofarm 01 (SP – SS – Neo – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por vestígios de edificação, acessos e bolsões de material antrópico. Está localizado no Bairro da Figueira, sob as coordenadas 23k 0458001, 7373188;
- g) Sítio Belvedere 01 (SP – SS – Bel – 01)** Sítio arqueológico de natureza histórica do século XX, com possibilidade de concomitância oitocentista. É composto por edificações e bolsões de descarte, relativos ao antigo Hotel Belvedere, em funcionamento até a década de 1980. Está localizado na Rua Washington Luis, 50 – Bairro de São Francisco da Praia, sob as coordenadas 23k 457917, 7373027;

- h) Sítio Boa Vista 01 (SP – SS – BVi – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por estrutura construtiva em alvenaria de pedra seca, bolsões de cultura material e acessos. Está localizado em cota altimétrica 225, em área de Parque Estadual da Serra do Mar, sob as coordenadas centrais 23k 045605, 7372211;
- i) Sítio Antão Soares 01 (SP – SS – ASo – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por alicerces e alvenaria de pedra, terrenos aplainados, bolsões de material antrópico e intervenções em bloco rochoso (nicho), para suposto uso devocional. Está localizado no Bairro do Morro do Abrigo, sob as coordenadas centrais 23k 0456900, 7371349, a 250 m de altitude, em área do Parque Estadual da Serra do Mar;
- j) Sítio Bатуíra 01 (SP – SS – Bat – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por edificação oitocentista erigida em alvenaria de pedra com vedos internos em alvenaria de tijolos e pau a pique e duas águas sem recuo frontal. Foram localizados bolsões de descarte com fragmentos de cerâmica de produção regional, faiança, grés e outros, além de alicerces de possível cozinha anexa. Está localizado no Bairro de São Francisco da Praia, sob as coordenadas centrais 23k 048151, 7372457;
- k) Sítio Vice Rey 01 (SP – SS – VRe – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por edificação oitocentista em alvenaria de pedra e vedos internos em pau a pique e tijolos, além de bolsões de material antrópico. Está localizado no Bairro de São Francisco da Praia, sob as coordenadas 23k 0458219, 7372497;
- l) Sítio Fazenda Santana 01 (SP – SS – FSa – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por área remanescente de antiga fazenda canavieira do século XVIII. É composto por edificação sede, capela interna, alinhamento de unidades habitacionais em pau-a-pique,

ruínas de aqueduto, moenda e bolsões de material antrópico. Está localizado no Bairro Reserva du Moulin, sob as coordenadas 23k 0458903, 7370556. A Fazenda Santana é tombada pelo Condephaat. Possui caráter de sítio de paisagem notável (BASTOS; SOUZA, 2010, p.48), detentora de amplo apelo natural, formado por serra, mata e recursos hídricos (cursos d'água e mar) e vasto acervo cultural formado por seus bens arquitetônicos, arqueológicos, imateriais e acervos iconográfico, documental e bibliográfico;

m) Sítio Forte Pontal da Cruz (SP – SS – FPC – 01) Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por piso em pedra e corte de terreno relacionado a fortificação componente do sistema de defesa do Canal de São Sebastião. Foi instalado na década de 1820. Também conhecido como Forte da Santa Cruz⁵, está localizado no Bairro do Pontal, sob as coordenadas 23k 0459716, 7370047;

n) Sítio Ipiranga 01 (SP – SS – Ipi – 01) Sítio arqueológico de natureza colonial composto por bolsão de cultura material, possivelmente associado a unidade habitacional do século XIX, localizado no chamado Centro Histórico de São Sebastião, à margem do Córrego do Ipiranga, sob as coordenadas 23k 459401, 7367884;

o) Sítio Cemitério Central 01 (SP – SS – CCe – 01) Sítio arqueológico de natureza pré-colonial caracterizado por ocorrências de cerâmica lisa e corrugada, em lente de solo areno-argiloso escuro, a 60 cm de profundidade. Está localizado em terreno do atual cemitério público, entre galerias de gavetas funerárias e com ocorrência em pacotes de solo removido oriundo de exumações. Situa-se na região central do município, sob as coordenadas 23 k 0458970, 7367344;

p) Sítio Calhetas 01 (SP – SS – Cal – 01) Sítio arqueológico de natureza colonial composto por bolsões de descarte de material e estruturas

⁵ Ofícios militares. Documentos 278 e 279. Microfilmes (cópias) localizados no Arquivo Público do município de São Sebastião

arquitetônicas (alicerces). Está localizado no Bairro de Calhetas, com epicentro nas coordenadas 23k 0447070, 7364510 (HABITUS, 2011, p. 32);

- q) Sítio Santiago 01 (SP – SS – San – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial, caracterizado por bolsão de descarte de material antrópico composto por fragmentos de cerâmica de produção regional, faiança e grés de procedência européia. Está localizado em acesso à Praia de Santiago, sob as coordenadas 23k 0444920, 7366719, à margem de córrego retificado, entre raízes de árvore de grande porte (HABITUS, 2011, p. 43);
- r) Sítio Paúba 01 (SP – SS – Pba – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial, unicomponencial, implantado a céu aberto sob as coordenadas 23k 0443900, 7367527. Está localizado em terreno plano, com vegetação de gramíneas a aproximadamente 100 metros do Rio Paúba. Os vestígios arqueológicos são representados por fragmentos de faiança, grés, cerâmica e restos construtivos em pedra e barro, provavelmente associados a uma unidade habitacional da segunda metade do século XIX. O material arqueológico foi identificado desde a superfície até a profundidade média de 40 cm (ORIGEM, 2011, p. 122);
- s) Sítio Praia Brava de Boiçucanga 01 (SP – SS – PPB – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial caracterizado por bolsão de descarte de material, composto por fragmentos de cerâmica de produção regional e faianças de procedência européia. Está localizado entre a mata em regeneração da Praia Brava, sob as coordenadas 23k 0437707, 7368060, na margem direita, à jusante, de córrego sem nome. Relatos colhidos na Praia de Boiçucanga indicam a presença de casa de farinha e residência de membro da família Matos de Oliveira, até a década de 1970 (HABITUS, 2011, p. 32);
- t) Sítio Boiçucanga 01 (SP – SS – Boi – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial, caracterizado por bolsão de descarte de material,

composto por fragmentos de cerâmica de produção regional, faiança de procedência europeia e tralha metálica. Está localizado na Rua Maquininha, 950, sob as coordenadas 23k 0436602, 7368971. Relatos orais indicam o nome Engenho Santana ao local, acompanhados de lembranças sobre paredes em alvenaria de pedra e barro.

- u) Sítio Porto dos Faroleiros 01 (SP – SS – PFa – 01)** Sítio arqueológico multicomponencial composto por vestígios cerâmicos pré-coloniais e ruínas de edificações em alvenaria de pedra destinadas ao corpo de faroleiros da Marinha, possivelmente erigidas nas primeiras décadas do século XX. Está localizado na ilha principal do Arquipélago de Alcatrazes, entre o Portinho e o Ninhal, sob as coordenadas 23k 429267, 7334457, a 25 m de curso d'água intermitente;
- v) Sítio Abrigo Saco do Funil 01 (SP – SS – ASF – 01)** Sítio arqueológico de natureza pré-colonial, unicomponencial, composto por vestígios cerâmicos e ósseos (peixes) localizados em abrigo sob rocha na Ilha principal do Arquipélago de Alcatrazes, no chamado Saco do Funil, sob as coordenadas 23k 429915, 7334854, distante 20 m de curso d'água intermitente;
- x) Sítio Abrigo Saco do Funil 02 (SP – SS – ASF – 02)** Sítio arqueológico de natureza pré-colonial, unicomponencial, composto por vestígios cerâmicos e ósseos (restos alimentares). Está localizado em abrigo sob rocha, na ilha principal do Arquipélago de Alcatrazes, no chamado Saco do Funil, na trilha para o PO da Marinha, sob as coordenadas S 24 05' 55" e W 45 41' 20".

3.1.2. Sítios arqueológicos integrados aos bancos de dados

- a) Sítio Jaraguá – 01 (SP – SS – JA – 01)** Sítio Arqueológico de natureza pré-colonial evidenciado por elevação sambaqueira, artefatos líticos polidos e associação com o meio natural, no caso, a mata atlântica, a planície sedimentar do Bairro do Jaraguá, o mangue, o Córrego Perequê

Mirim e a foz do Rio Juqueriquerê, sob as coordenadas 23k 455324, 7376395;

- b) Sítio Jaraguá – 02 (SP – SS – JA – 02)** Sítio arqueológico unicomponencial, implantado a céu aberto, de natureza colonial, composto por alicerces de edificações feitas em alvenaria de pedra e barro e bolsões de material antrópico, ocupando uma área de aproximadamente 500m², correlatos a uma fazenda cafeeira do século XIX. Localiza-se à Avenida Dario Leite Carrijo, 1551, Bairro do Jaraguá, sob as coordenadas 23 k 455520, 7376117. Está implantado em um sopé de colina suave a cerca de 1.500 metros da Praia da Enseada e 30 metros de altitude em relação ao nível do mar;
- c) Sítio Cigarras 01 (SP – SS – CI – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial, implantado a céu aberto, composto por vestígios de estruturas em alvenaria de pedra. Localiza-se na Praia das Cigarras, sob as coordenadas 23 k 459390, 7375345, em um topo aplainado de uma colina que faz frente para o Canal de São Sebastião e o município de Ilhabela. Os restos construtivos ali existentes correspondem a uma mureta com 1,50m de altura e aproximadamente 30 metros de comprimento, posicionadas defronte ao oceano e em sua lateral norte. Provavelmente está associado a uma pequena fortificação do século XIX;
- d) Sítio São Francisco – 01 (SP – SS – SF – 01)** Sítio de natureza unicomponencial caracterizado por evidência de antiga unidade produtiva de açúcar e café. Apresenta vestígios de edificações, aquedutos, postos de vigília, forno açucareiro, estradas, jazidas de matéria prima, bolsões de cultura agrícola, totalizando 1.200.000 m² de incidência arqueológica. Configura-se como importante plataforma educacional e turística, viés está presente na sua inclusão no Programa Municipal de Ecoturismo bem como pelo Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, que o declarou como Zona de Especial

Interesse Histórico e Cultural (SÃO PAULO. Instituto Florestal, 2006, p. 275);

- e) **Sítio Morro do Abrigo – 01 (SP – SS – MA – 01)** Sítio de natureza colonial, implantado a céu aberto, unicomponencial, caracterizado pela presença de restos construtivos em pedra e barro (paredes e alicerces), ocupando uma área aproximada de 1.000 m². Está localizado em bairro residencial, sob as coordenadas 23k 0457674, 7372448, a cerca de 450 m da Praia de São Francisco e a 50 m em relação ao nível do mar;
- f) **Sítio Pitangueiras 01 (SP – SS – PI – 01):** Sítio arqueológico multicomponencial, caracterizado por instrumentais líticos pré-coloniais e vestígios de edificações e bolsões de material antrópico, associados à ocupação no século XIX. Está localizado na Rua Porto Grande, 03 – Praia de Pitangueiras (SCATAMACCHIA, 2003, p. 12);
- g) **Sítio Cebimar 01 (SP – SS – CE – 01)** Sítio arqueológico de natureza colonial sobreposto a vestígios de ocupação pré-colonial, localizado nas dependências do Centro de Biologia Marinha – Cebimar – USP, a 100 metros na Praia do Cabelo Gordo e a 15 metros em relação ao nível do mar. Apresenta vestígios de edificação em alvenaria de pedra e barro (colunas e alicerces), bolsões de material histórico e lítico, sob as coordenadas 23k 457010, 7364834;
- h) **Sítio Guaecá 01 (SP – SS – GA – 01):** Sítio arqueológico de natureza colonial composto de ruínas de edificação construída em alvenaria de pedra e barro (colunas, alicerces, paredes e canaletas), ocupando uma área aproximada de 150m², nas proximidades da Praia do Guaecá, no local conhecido como Costão do Navio, sob as coordenadas 23 k 451912, 7365529. Está implantado a cerca de 30 metros de altitude, em meia encosta de colina, às margens de um pequeno córrego, circundado por vegetação de Mata Atlântica em estágio de recuperação. As características do local sugerem tratar-se de um pequeno engenho de aguardente de fins do século XIX e início do século XX;

- i) **Sítio Toque Toque – 01 (SP – SS – TT – 01):** Constitui sítio arqueológico de natureza colonial composto pelas ruínas (paredes, colunas, terraços, estrutura da roda d'água, etc.) de uma fazenda construída em alvenaria de pedra e barro e bolsões de material antrópico (fragmentos de cerâmica, faiança, metal, vidro, etc.), compreendendo uma área aproximada de 25.000 m². Está implantado a cerca de 500 metros da praia, sob as coordenadas 23k 449562, 7364539.

3.1.3. Áreas de ocorrência arqueológica

- a) **AOA Gaivotas – 01 (SP – SS – AOA Gvt – 01)** Ocorrência arqueológica composta por vestígios cerâmicos esparsos associado a possível readequação de unidade habitacional procedente do final do século XIX. Localiza-se na Praia de Gaivotas, Costa Norte do município, sob as coordenadas 23k 0 0457713 7376082;
- b) **AOA Tatuíra – 01 (SP – SS – AOA Tat – 01)** Ocorrência arqueológica formada por alinhamento de pedras em terreno associado à antiga estrada de marinha e ao Sítio Ventura 01. Localiza-se na Praia Tatuíra, Costa Norte do município sob as coordenadas 23k 0458389, 7376156;
- c) **AOA Cigarras – 01 (SP – SS – AOA Cig – 01)** Ocorrência arqueológica composta por restos construtivos possivelmente associados a unidade habitacional implantada em terreno plano na orla da Prainha das Cigarras, sob as coordenadas 23k 459199, 7376183;
- d) **AOA Cigarras – 02 (SP – SS – AOA Cig – 02)** ocorrência arqueológica formada por antigos acessos e vestígios de cabeceira de ponte, onde foram encontrados blocos retangulares de pedra lavrada. Está localizado no sertão da Praia das Cigarras, sob as coordenadas 23k 0458637, 7375241;

- e) **AOA Sepetuba – 01 (SP – SS – AOA Sep – 01)** Ocorrência arqueológica formada por vestígios de tralha doméstica em terreno próximo à Ponta da Sepetuba, sob as coordenadas 23k 0459281, 7375027;
- f) **AOA Maresias – 01 (SP – SS – AOA Mar – 01)** Ocorrência arqueológica de natureza colonial, composta por fragmento de cerâmica de produção regional e faiança de procedência européia. Está localizada em servidão de acesso à praia, no lugar denominado Canto do Moreira, sob as coordenadas 23k 0440270, 7368789;
- g) **AOA Abrigo Portinho 01 – (SP – SS – AOA APo – 01)** Ocorrência arqueológica de natureza pré-colonial, composta por fragmento cerâmico presente em abrigo sob rocha, localizado na Ilha Principal de Alcatrazes, sob as coordenadas 23k 0429320, 7334521;
- h) **AOA Abrigo Portinho 02 – (SP – SS – AOA APo – 02)** Ocorrência arqueológica de natureza pré-colonial, composta por fragmento cerâmico presente em abrigo sob rocha, localizado na Ilha Principal de Alcatrazes, sob as coordenadas 23k 4299415, 7334555.

3.1.4. Áreas de Interesse Histórico - Arqueológico

- a) **AIHA Núcleo urbano do Bairro de São Francisco (SP – SS – AIHA BSF).** Área de Interesse Histórico - Arqueológico composta por conjunto arquitetônico e arruamento pertinentes ao núcleo urbano do Bairro de São Francisco da Praia, com início de ocupação datada no ano de 1650, com a doação de terreno para a construção do Convento Franciscano de Nossa Senhora do Amparo, vetor de seu desenvolvimento;
- b) **AIHA Núcleo urbano Centro Histórico (SP – SS – AIHA CHI).** Área de Interesse Histórico - Arqueológico composta por conjunto arquitetônico e arruamento pertinentes ao núcleo urbano central, formada por habitações, prédios institucionais e comerciais oriundos dos séculos

XVIII e vindouros. Inicia-se na congruência do córrego do Outeiro com a faixa de Marinha, seguindo pela montante, margem direita até a congruência com a Rua Ipiranga. Neste ponto deflete à direita até alcançar a Praça Almirante Barroso, seguindo o curso do Córrego Ipiranga, até seu deságüe no Canal de São Sebastião. Neste ponto até o deságüe do Córrego do Outeiro, ponto inicial;

c) AIHA Fazenda Guaecá (SP – SS – AIHA FGu) AIHA composta por conjunto arquitetônico pertinente à unidade produtiva canavieira pertencente à Ordem do Carmo, atualmente propriedade particular. Localiza-se na Praia de Guaecá, sob as coordenadas 23k 0452539, 7365971;

d) AIHA Caminho Caiçara (SP – SS – AIHA CCa) Área de Interesse Histórico - Arqueológico composto por trechos de antiga estrada de marinha, evidenciados por cortes de terreno entre as praias de Gaivotas e Ventura, Costa Norte do Município.

Legenda:

- Limite Municipal
- Oceano Atlântico
- Área de Ocorrência Arqueológica
- Sítio Arqueológico

Imagens de satélite:
 - Landsat colorida;
 - Google Earth, 2011 (detalhe)

Elaboração: Novembro de 2011

Escala:

1:150000
 0 2.000 4.000 6.000
 Metros

Datum: SAD 69
 Projeção: UTM
 Zona: 23 sul
 MC: 45°w

Mapa de localização:

**Programa de Gestão do
 Patrimônio Arqueológico
 de São Sebastião - SP**

PRANCHA 05

Mapa geral dos patrimônios arqueológicos
 identificados: situação em outubro de 2011

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina
 Mineiro Scatamacchia

Clayton Galdino

Sistemas de Informação: Jorge L. Chagas da Silva

Apoio técnico: Aline Furtado Mazza

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

Fig. 01: Sítio Abrigo Saco do Funil 01, na Ilha de Alcatrazes. Acervo Fundação Cultural São Sebastião;
Fig. 02: material exumado. Acervo Fundação Cultural São Sebastião.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 06
Patrimônios arqueológicos identificados

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 07
Patrimônios arqueológicos identificados

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

Fig. 01: Caminho Caiçara, com indicação de trecho remanescente. Fonte: acervo do autor

Fig. 02: AIHA Bairro de São Francisco da Praia. Fonte: Halsey Madeira

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 08
Áreas de Interesse Histórico - Arqueológico

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

3.2. Síntese conclusiva

A etapa de reconhecimento arqueológico foi realizada com o objetivo de identificar um panorama global do município. Utilizou como ferramentas de gabinete a análise de documentos cartoriais, cartográficos e bibliográficos, projetos realizados, toponímia e informações orais. Os procedimentos de campo primaram pela mínima intervenção em seus vestígios. Desta forma foram contemplados 44 bens arqueológicos, entre os bairros do Canto do Mar e Baleia, além de diversos bens culturais integrados.

Este momento do programa de gestão configurou-se como base para as etapas futuras, ao efetuar o diagnóstico de incidências de sítios e ocorrências no município. Tais dados irão alimentar as ferramentas de gestão da arqueoinformação, ferramentas de proteção e disponibilização, consoante com as palavras de Valera (2008, p. 14): “Só é patrimônio aquilo que for conhecido e reconhecido como tal. Logo, a divulgação patrimonial é constitutiva dos processos de patrimonialização.”

4. Da gestão e disponibilização da arqueoinformação

Os trabalhos de campo geraram uma gama de informações: categorias de sítios, localização, dimensão, estado de conservação, graus de riscos de agressões e potencialidades, dentre outras variáveis, dados definidos como arqueoinformação, assim conceituada por Moraes (2006, p. 198):

Referência genérica a quaisquer informações relativas à arqueologia e ao patrimônio arqueológico no sentido *lato*, quer sejam dados arqueológicos propriamente ditos ou dados de interesse arqueológico provenientes das disciplinas afins da arqueológica, gerenciáveis em Sistema de Informação Geográfica (SIG aplicado à arqueologia).

Tal repertório de informações demanda eficaz compilação e rápida resposta ante as necessidades que se fizerem presentes, conforme preconiza Chagas (2008, p.2). O atendimento a estas questões somente será possível, de forma satisfatória e otimizada, com o uso das chamadas geotecnologias, dentre as quais destacam-se os SIGs – Sistemas de Informações Geográficas, cenário abordado por Ana Rodríguez (2005, p. 22, 38):

A necessidade crescente de representação do espaço geográfico e dos fenômenos possibilitou o surgimento de avanços tecnológicos como: a cartografia digital, o sensoriamento remoto (SERE) e o geoprocessamento SIG. Estas ferramentas têm a função de combinar documentos e obter mapeamentos que forneçam subsídios para tarefas como monitoramento dos recursos ambientais, geração automática de mapas cartográficos, cadastramento rural e urbano, etc.

Os SIGs são definidos como sistemas que envolvem “[...] a integração de dados georeferenciados, num ambiente orientado para a resolução de problemas” (COWEN, 1988 apud OSÓRIO; SALGADO, 2007, p. 1551). Na gestão municipal, estas ferramentas tornam-se de estrita importância, como vetores de planejamento, prevenção e resposta (MENESES, 2007, p. 46). Neste aspecto, também afirmam Osório e Salgado (op. cit., p. 11):

Ao nível dos municípios, cerca de 80% da informação que circula no seio destes serviços é geográfica, ou seja, tem representatividade espacial e essa figuração é importante no suporte às decisões políticas ou técnicas que se tomem. [...] (Portanto) a Arqueologia é uma ciência que necessita de informação espacial para diversos estudos e escalas de aplicação.

Dado o caráter dinâmico da gestão da arqueoinformação, caracterizado pela descoberta de novas ocorrências, da ampliação de limites de sítios e até sua supressão com projetos de salvamento, os SIGs devem ter como premissa básica a flexibilidade. Neste sentido eles devem a qualquer momento incorporar novos levantamentos cartográficos e novos documentos, característica necessária apontada por José Luis de Moraes (1992, p. 155). O professor também aponta que as chamadas geotecnologias, “permitem-nos a produção de alta qualidade com economia” (1999, p. 13).

Os patrimônios arqueológicos identificados alimentaram as ferramentas de gestão da arqueoinformação, bancos de dados já implantados e sob aprimoramento. A elaboração desta fase do programa utilizou como referências as experiências presentes no PROJPAR – Projeto Paranapanema/USP/MAE, sob a direção do Prof. Dr. José Luiz de Moraes e no Projeto Arqueológico São Francisco, sob a coordenação do Dr. Wagner Gomes Bornal.

Deste modo, para a proteção e disponibilização dos referidos patrimônios foram elaborados três ferramentas de gestão desenvolvidas em parceria com o setor de análise de sistemas da Fundação Cultural São Sebastião: O SIG para o Patrimônio cultural, o SIGWeb e o Sistema de Inventário do Patrimônio Cultural – SIPAC, estes dois últimos destinados à disponibilização das informações via rede mundial de computadores.

Todas as ferramentas, adotadas e desenvolvidas utilizam tecnologia *open source* (código aberto), ou seja, possuem licença de software livre. Isto garante as liberdades de uso, modificação, aperfeiçoamento, cópia e distribuição sem quaisquer restrições.

4.1. SIG - Sistema de Informações Geográficas para o Patrimônio Cultural de São Sebastião

O banco de dados geográficos (coleções de dados georeferenciados) manipulado pelo SIG foi implementado em ambiente gvSIG, software livre desenvolvido pela Consejería de Infraestructuras y Transporte (CIT) de la Generalitat Valenciana, Espanha, com o apoio da União Européia. Para sua utilização não é necessário registro nem há restrições quanto ao tempo de uso e distribuição. O Banco de dados é compatível com quase todos os softwares

SIG existentes (livres ou proprietários) como o AutoCAD Map®, ArgGIS®, ArcInfo®, dentre outros.

Fornece a possibilidade de adaptação de suas características segundo a demanda da organização que o utiliza. No momento atual, o banco de dados já está operacional, gerando cartas e alimentando o SIGWeb e o Sistema de Inventário do Patrimônio Cultural de São Sebastião - SIPAC.

4.2. SIGWeb

Compõe nossa proposta a disponibilização da arqueoinformação para o público técnico (gestores públicos, empreendedores, etc.) bem como para o público em geral. Aqui nos valem da tendência cada vez mais pujante da ‘dispersão’ das informações via web. Jorge Chagas (2008, p. 2) assim observa esse fenômeno:

A internet rapidamente se tornou o meio preferencial para disseminação de dados. Sua quase universalidade associada a custos de acesso cada vez mais baixos motivou o desenvolvimento de toda uma nova classe de sistemas de informação. Atualmente, todos os principais fornecedores de software para SIG dispõem de alternativas para acesso a dados geográficos através da Web.

Diante deste cenário procedemos a disponibilização dos dados coletados e sistematizados através de ferramenta SIG por meio do produto denominado SIGWeb (prancha 09), desenvolvido para ser operado via rede mundial de computadores. O autor do projeto deste modo o apresenta:

Esta seção é voltada ao público que já possui familiaridade com o uso de ferramentas de SIG (Sistema de Informação Geográfica). SIGWeb é um provedor de mapas interativos, com a possibilidade de manipular informações espaciais. Além de visualizar bases cartográficas e temáticas, nos formatos vetoriais e *raster*, também fornece recursos de navegação pelos mapas, atribuição de escala, medição de distância e área, localização de coordenadas, seleção de feições geográficas, elaboração de cartas e croquis com opção de visualizar, arquivar e imprimir (CHAGAS, 2010, p.1).

O sistema prima pela interatividade e tem caráter intuitivo, oferecendo facilidade de navegação. Nesta plataforma o usuário poderá posicionar territorialmente os bens culturais, cruzar com informações (topografia, hidrografia, limites administrativos, etc.) com número diverso de *layers* (camadas de informação).

Diante das especificidades dos registros arqueológicos o SIGWeb permite a utilização de pontos, linhas e polígonos. Esta facilidade permite a locação de ocorrências isoladas (pontos), perímetros presentes em manchas, limites de sítios e suas subdivisões (polígonos) e traçados, como por exemplo, antigas estradas, córregos relacionados, etc., (linhas). Dentre outras funções, o SIGWeb permite a geração de arquivo PDF e oferece *link* com o produtos Google®: Googlemaps® e Google Earth®.

Além da visualização gráfica o sistema permite a interação entre elementos alfanuméricos e gráficos por meio de base de dados, fator que gera tabelas sobre os bens pesquisados, o que “permite uma acessibilidade muito maior à informação” (OSÓRIO; SALGADO, 2007, p. 18). Assim implementa-se a filosofia de trabalho que parte da informação macro (localização do bem cultural) para as informações micro (ficha básica de dados de determinado patrimônio). Futuramente será efetuada a integração do SIGWeb com o Programa de Inventário Digital do Patrimônio Cultural, descrito adiante.

Fig. 01: infográfico sobre a interface e as funções do SIGWeb.
Fonte: Jorge Chagas.

Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP

PRANCHA 09
Gestão da Arqueoinformação: o SIGWeb

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

4.3. Sistema de Inventário do Patrimônio Cultural de São Sebastião – SIPAC

A catalogação de bens culturais mostra-se como importante ferramenta de proteção, pesquisa e disponibilização, uma vez que proporciona a organização dos dados e auxilia na aplicação de políticas públicas. Com este objetivo complementa-se o processo de reconhecimento do patrimônio arqueológico com a disposição das informações em sistema de inventário, com a compilação básica das informações sobre cada item e possibilitando a compreensão de panoramas globais.

Sobre a origem desta ferramenta, Ademir Pereira dos Santos (1999, p. 13) observa que o inventário “tem como origem remota a contabilidade, ou seja, a necessidade de registrar, quantificar, controlar posses.” O autor (op. cit., p. 14) assim o descreve:

O inventário é um instrumento intelectual de reconhecimento de um universo de objetos. Esta situação pressupõe um momento anterior, que é a existência e o conhecimento (ainda que vago e impreciso) destes objetos e algumas de suas características ou, pelo menos, de indícios delas. Estas informações definiriam inicialmente este universo e seriam a base de projeções para se conhecer a parte restante. Encerra, por isso, o sentido de descobrir, achar, inventar (de novo, termo originário do verbo) tal universo de objetos. Mas o que se espera deste instrumento é a avaliação do conjunto dos bens, a consciência das partes que o delineiam, momento quando se incorporam as descobertas ou revelações que vieram à tona no processo de arrolamento.

Sobre o papel no planejamento da gestão arqueológica o inventário, primeiramente, deve permitir o reconhecimento eficaz e acessível do repertório arqueológico, fator primordial para a execução de política preventiva para a proteção do patrimônio arqueológico de uma localidade ou região (DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA. 2008, p. 279). Aqui entende-se que sua proteção pelo instrumento do inventário está presente no planejamento de políticas públicas com consequente prevenção e na democratização das informações para a sociedade em geral. Sobre a tarefa de planejar propiciada por este instrumento corrobora Virgínia Soares (2007, p, 28, 29):

O inventário, mais que um instrumento de proteção dos bens culturais, é uma forma de organização acerca do patrimônio cultural, que permite conhecimento e planejamento

das ações do Poder Público para tutela dos bens. [...] Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, constituem fontes primárias de dados para pesquisa e estudos científicos. [...] É antes de tudo, um instrumento de precaução ou prevenção que pode ser exigido pela comunidade ou pelo Poder Público no caso de realização de obras ou serviços que possam causar impacto ao patrimônio material ou imaterial.

Vemos que a autora agrega a função cautelar do inventário bem como seu papel de fonte de informação para a elaboração de pesquisas aprofundadas sobre determinado sítio ou categoria.

Compõe também o papel do inventário democratizar a informação sobre os bens inventariados. Portanto, cumpre-se outra função social, pois “sua informatização atuaria na democratização da produção cultural (SANTOS, A., 1999, p. 63). A disponibilização das informações atuaria no fomento à participação popular, estando inclusive sob prerrogativa legal, pois como apregoa Soares (2007, p. 28) “a visão constitucional valoriza a informação, já que, somente por meio desta, a participação da comunidade pode ser efetiva.”

Diante destas demandas, os dados coletados em trabalhos de campo, laboratório e nas pesquisas documentais referentes ao Programa de Gestão são compilados e disponibilizados via web. Para este objetivo está em fase de implantação o Sistema de Inventário do Patrimônio Cultural de São Sebastião – SIPAC (CHAGAS, 2011).

Este sistema refere-se a plataforma para a organização e disponibilização dos dados sobre o contexto arqueológico, com abrangência também ao bens culturais integrados do município. É passível de alterações, inclusões e supressões, portanto, em caráter dinâmico, consoante com o Artigo 4.º da Carta de Lausanne (IPHAN, 2010), ao afirmar que “... os inventários constituem fontes primárias de dados para a pesquisa e o estudo científicos. A compilação de inventários deve ser considerada como um processo dinâmico e permanente.”

Este programa possui dois modos de operação: visualização (acesso por qualquer usuário) e edição (administradores com privilégios de acesso). É implementado em um *Sistema Gerenciador de Banco de Dados* – SGBD com requisitos de segurança habilitados para operação na internet. O Sistema terá uma versão especial para operação em Desktop (instalado na máquina do

usuário) com restrições de uso, pois os objetivos e benefícios do produto são alcançados somente com o uso de um servidor web profissional, em razão das tecnologias empregadas.

As fichas de inventário possuem linguagem técnica acessível (prancha 10) e foram concebidas com o objetivo de oferecer informação de forma clara e atraente. Fornecerá dados obrigatórios, tendo como base as fichas de registro do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, gerenciado pelo Iphan.

A última parte do documento será destinada a “construção de cenários”, conforme vemos na obra do arqueólogo Paulo Eduardo Zanettini (2003). Neste espaço permitimos certa licença artística, como por exemplo, visualização de textos, desenhos, vídeos, fotos e maquetes eletrônicas, quando disponíveis. Enfim, um viés pedagógico que tem como objetivo maior aproximar os dados técnicos com a compreensão, sobretudo visual, do usuário.

Futuramente, o Sistema será atrelado ao SIGWeb, implantado a filosofia já citada de proporcionar a visão ampla do patrimônio cultural até a específica, relacionada a determinado bem cultural.

É desejável que futuramente as informações referentes ao Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião convirjam num portal na internet, que abrigaria um sítio eletrônico com notícias, informações, acervo fotográfico, mural, etc., o SIGWeb e o SIPAC.

4.4. Síntese conclusiva

Os dados obtidos com o trabalho de campo, um processo contínuo e dinâmico, necessitam de ferramentas de gestão destas informações, para que se alcance proteção pelo conhecimento e planejamento e, portanto, a elaboração de estratégias de preservação e fruição. No município de São Sebastião estes dados encontrarão refúgio em um conjunto consolidado de ferramentas de gestão e disponibilização da arqueoinformação, georeferenciados e em ambiente web. Neste momento os órgãos gestores do patrimônio arqueológico, em todas as esferas administrativas, já podem ter acesso à localização destes recursos, fator que norteará a fiscalização, prevenção frente a empreendimentos futuros e elaboração de projetos de disponibilização destes patrimônios.

Fig. 01: tela resultado do SIPAC – Sítio Ventura 01;
Fig. 02: interface do SIPAC com as ferramentas Google®

<p>Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP</p> <p>PRANCHA 10</p> <p>Gestão da Arqueoinformação: o SIPAC</p>	Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

5. Do ordenamento jurídico

O diagnóstico do patrimônio arqueológico, decorrente das etapas de reconhecimento e gestão da arqueoinformação, demanda a sua proteção por meio da aplicação e difusão do ordenamento jurídico incidente e proposição de diplomas complementares, especificamente em escala municipal, seguindo os preceitos federativos cooperativos da União.

Portanto, analisou-se nesta etapa a legislação atual e, diante do encontrado, houve participação em reuniões técnicas nas quais foram propostos instrumentos adaptados ao município de São Sebastião. Compôs ainda nosso objetivo oferecer instrumentos que possam instruir os órgãos fiscalizadores e aos empreendedores sobre este ordenamento jurídico, que deve ser aplicado na gestão urbana, especificamente no projeto e execução de empreendimentos de grande impacto. Neste momento do programa de gestão utilizou-se como base o conteúdo da obra da Dr^a Inês Virgínia Prado Soares e nas publicações e diretrizes editadas pelo Iphan.

Antes de discorrer sobre as ações relativas ao programa de gestão, cabe-nos abordar brevemente os conceitos e o histórico sobre o ordenamento jurídico do patrimônio arqueológico no Brasil. Para efeito de organização das informações sobre os dispositivos incidentes em vigor, foram relacionados diplomas legais nos níveis internacional, nacional, estadual e municipal.

5.1. O patrimônio arqueológico no âmbito internacional

A proteção ao patrimônio arqueológico esteve em pauta nas assembléias mundiais e americanas, decorrente da preocupação com as demandas de preservação e fruição, bem como para instrumentar a resolução de delicados processos derivados de saques de vieses colonial ou belicoso, que adentram por questões de ordem nacional (SILVA; OLIVEIRA; BORGES, 2011, p. 78).

São frutos destas discussões recomendações e diretrizes, como a Carta de Nova Délhi para o Patrimônio Arqueológico, de dezembro de 1956, emitida pela UNESCO; A Carta de Veneza – Conselho Internacional de Monumentos e Sítio – ICOMOS, de maio de 1964 que, embora verse sobre monumentos de

ordem arquitetônica, prescreve as recomendações para procedimentos arqueológicos em obras de restauração presentes na Carta de Nova Délhi. Por fim, destaca-se a Carta de Lausanne, de 1990, documento que aborda a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. Evidentemente, outros diplomas internacionais fazem menção ou sua abrangência possui forte incidência, ao considerarmos definições e intervenções nos chamados monumentos urbanos.

Embora não tenham caráter vinculante para os estados participantes (SOARES, 2007, p. 59; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010, p. 1) tais diplomas mostram-se importantes para a elaboração de diretrizes nacionais. Têm-se como resultado final o compromisso, por parte dos países signatários, de elaborar dispositivos legais adequados à sua realidade, destinados à implementação das propostas aceitas. No caso brasileiro, cita-se a promulgação do Decreto 72.312 de 3 de Maio de 1973, ratificando a Convenção de Paris de novembro de 1970 bem como o artigo 8º da Portaria IPHAN 230/02, que contempla preceitos estabelecidos na Carta de Nova Délhi, 1956 (BASTOS; SOUZA, 2010, p. 101).

5.2. A legislação arqueológica no pacto federativo nacional: histórico e interfaces

No âmbito nacional, a proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro remonta ao ano de 1937, com origem em regime de estado democrático, mas promulgada no seio do contexto nacionalista ditatorial da era Vargas (SILVA, R., 2007, p. 60). Tal iniciativa resultou na promulgação do Decreto – Lei 25/37, ainda em vigor, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ao conceituá-lo como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 2011).

Embora inclua num dispositivo legal federal o patrimônio arqueológico e institua um rol de procedimentos e salvaguardas, o texto carecia de

regulamentações destes procedimentos e condicionava a proteção a determinado patrimônio, incluindo um sítio arqueológico, ao registro no livro de tombo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A atenção específica ao patrimônio arqueológico bem como o estabelecimento de diretrizes para as obrigações e fruições, a qual Soares define como “tratamento autônomo” (2007, p. 68), deu-se com a Lei Federal 3924/61. Tal instrumento legal garante proteção no ato de sua descoberta, não exigindo dispositivo específico, ao contrário do Decreto-Lei 25/37. A autora assim a observa (op. cit., p. 68):

Esta é a norma direcionadora da proteção do patrimônio arqueológico no país, traz um conteúdo específico, estabelece os conceitos próprios da matéria e atribui ao IPHAN a competência para exercício de seu poder de polícia administrativa para a proteção do patrimônio arqueológico.

A Constituição Federal de 1988 cita o patrimônio arqueológico em três artigos: o define como bem da união (art. 20, inciso X); componente do Patrimônio Cultural Brasileiro (art. 216, inciso V) e sob tutela comum de todos os entes da federação (art. 23, inciso III).

O adentrar da década de 1980 vem à luz da percepção do compartilhamento entre os contextos ambiental e cultural num único regime, mas com instrumentos protetivos autonomamente considerados. Esta concepção é abordada de forma efetiva na Carta Magna: artigos 216 e 225 que versam, em termos gerais, sobre a conceituação de bem cultural e bens ambientais de uso comum do povo e essenciais à sadia qualidade de vida, respectivamente, abrigados no que Virgínia Soares (2007, p. 14) define como macrobem, descrito pela autora como:

A concepção unitária do meio ambiente como macrobem, constituído por elementos da natureza e da cultura, decorre diretamente dos dispositivos constitucionais que tratam do patrimônio cultural brasileiro e do meio ambiente, mas tem sua base na dignidade da pessoa humana.

Os bens componentes do macrobem estão inseridos no Direito Ambiental, entendido por Fogolari (2007, p. 22) como:

O conjunto de princípios de regras que disciplinam todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas ao uso racional dos recursos naturais, bem como a

promoção e proteção dos bens culturais. Tem por objetivo a defesa e a preservação do patrimônio ambiental e cultural e, por finalidade, ligado à vida em geral, tanto a presente quanto a futura.

Portanto, fica notória a importância dos recursos naturais e culturais como bens necessários à vida. Sem um ambiente equilibrado, o conhecimento transmitido e as realizações herdadas de nossos antepassados não haveria possibilidade de continuidade da existência humana em nosso planeta.

Neste cenário de necessária preservação conjunta do natural e do cultural destaca-se a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, instrumento que define os procedimentos relativos aos processos de licenciamento ambiental. Em relação a este instrumento preventivo e à interação homem – meio, observa Ab' Sáber (s.d., p. 28):

Não bastam considerações ambientais setorizadas [...] Há que ir mais longe, perseguindo uma visão verdadeiramente holística para a compreensão de todas as dimensões do espaço de vida dos homens. Um espaço que é um meio de subsistência, sadia e orgânica, de plantas, animais e grupos humanos, em interdependência forçada. Uma galeria de biologicidade e de humanidade.

As normas de estudos de impacto ambiental tiveram extrema importância para o desenvolvimento da atividade arqueológica, em decorrência dos diplomas complementares que a inseriram nos processos de pesquisa preventiva, como as resoluções CONAMA (em especial as Resoluções 001/86 e 237/97), e a Portaria Iphan 230, conforme observam Rodrigues (2006, p. 237) e Soares (2007, p. 145). Embora seja competência do órgão ambiental a condução e avaliação do processo de licenciamento ambiental, é “obrigatória e vinculante a manifestação do órgão competente para a proteção do bem atingido” (SOARES, 2007, p.124) sendo, no caso do patrimônio arqueológico, prerrogativa exclusiva do Iphan.

O arcabouço da legislação ambiental federal baseou diplomas legais análogos em estados e municípios. No Estado de São Paulo, pertinente ao trato arqueológico, destaca-se a Resolução SMA – SP 34, de 27 de agosto de 2003. Tal dispositivo otimiza e complementa a regulamentação federal, ao preconizar a presença da pesquisa arqueológica em demais instrumentos de avaliação de impactos, no caso, o Relatório Ambiental Preliminar – RAP.

Havendo indícios ou evidências arqueológicas no empreendimento, acolhe-se integralmente os protocolos da regulamentação federal – Portaria Iphan 230 (MORAIS, 2006, p. 196).

A preocupação com a salvaguarda do bem arqueológico permeia a legislação incidente sobre o planejamento urbano. Em linhas gerais, é abordada na Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, no artigo 2º. Inciso, XII que versa sobre a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (CONFEA, s.d.). Tal diploma norteia a elaboração dos planos diretores municipais, como ferramentas executoras das diretrizes.

Outro aspecto da atuação protetiva sobre o patrimônio arqueológico está presente nos chamados bens submersos. Durante certo tempo, houve certa incompreensão sobre as competências sobre os determinados bens. Sobre estes recursos, além da lei 3924/61 incide a lei federal 7542/86, que versa sobre a “pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional; em terreno de marinha e seus acrescidos e seus terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar” (SOARES, 2007, p. 123).

Atualmente, tais divergências foram dirimidas, pois no entendimento de Virgínia Soares, não há distinção no contexto da Arqueologia sobre bem terrestre ou submerso, ambos acolhidos na lei 3924/61, matriz do sistema. O que existe são competências específicas: cabe à Marinha jurisdição sobre a localização geográfica do bem submerso, portanto, fiscalização sobre as atividades realizadas e ao Iphan, a autoridade competente para definir interesse arqueológico no objeto estudado. Deste modo temos compatibilidade de atribuições no processo (op. cit., p. 123).

O aparato legal ambiental trouxe em seu esteio a obrigação de proporcionar a fruição dos seus recursos componentes, aqui entendido pela perspectiva coletiva sobre bens de interesse público (SOARES, 2007, p. 24). Neste sentido a fruição é entendida como o acesso ao conhecimento derivado de sua pesquisa e compensações diante de impactos de caráter irreversível. Tal demanda gerou diploma específico, a Lei Federal 9795/99 que dispõe

sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, especificamente o art. 4º, incisos II e VIII e art. 5º, inciso I.

Desta forma, ações mitigadoras e compensadoras remetem a projetos de educação patrimonial. No caso do patrimônio arqueológico, tal objetivo é preconizado em diretrizes presentes na Portaria Iphan 230 e no Termo de referência de 7 de agosto de 2009 – 9ª. SR/IPHAN – Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social. Vemos então que a aplicação destes projetos transita entre o ordenamento jurídico e pela necessária disponibilização do patrimônio a sociedade. Temos como exemplos várias possibilidades que se abrem como a aplicação da Lei Federal 10.639/03, que versa sobre a inclusão no currículo escolar da temática histórica e cultural afro-brasileira, sob ações abordadas em capítulo adiante.

O *status* conferido ao patrimônio arqueológico como bem de uso comum do povo brasileiro e como recurso finito exigiu, durante a modernização do aparato legal, a formulação de direitos e deveres da sociedade para com este patrimônio. Surgem então dispositivos que prevêm sanções diante de impactos decorrentes, diante do caráter peculiar da irreversibilidade de dano causado a um bem arqueológico (RODRIGUES, 2006, p. 238). De encontro, destaca-se a Lei de Crimes Ambientais – 9.605/98, Seção IV do Capítulo V, cujas penalidades decorrem da previsão inserida nos artigos 216, § 4º e do § 3º do artigo 225 da CF (SOARES, p. 147, 73).

Ainda sobre as responsabilidades previstas, inclui-se o sistema processual que ampara a defesa dos direitos difusos e coletivos, como o Código Civil - artigos 1228 e 1230; a Lei 7347/85 que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (op.cit., p. 57, 65).

Concluindo, o ordenamento jurídico brasileiro incidido direta ou indiretamente sobre o patrimônio arqueológico, em seu conjunto permite sua conservação integrada, isto é, a convergência das políticas de proteção ao patrimônio arqueológico com as políticas da cultura, do planejamento urbano, da educação e dos recursos ambientais.

5.3. O ordenamento jurídico arqueológico no âmbito do município de São Sebastião

Vimos até então que o patrimônio arqueológico, enquanto componente do Patrimônio Cultural, integra o macrobem também composto pelos bens ambientais. Como bens necessários à vida, sua defesa e promoção competem, primordialmente ao Estado, conforme define Fogolari (2007, p. 24): “A natureza pública deve assegurar o desenvolvimento coletivo; portanto, assegurar o direito ao ambiente sadio é responsabilidade do Estado.”

Vemos que o patrimônio arqueológico é considerado bem da União, portanto, a competência para julgar ações relativas será sempre federal (SOARES, 2007, p.125). Contudo, é competência comum entes os entes federativos a sua preservação, conforme reza a CF, artigo 24, § 2º. Assim, cabe também aos municípios, tocante à sua preservação, suplementar a lei 3924/61, no que for cabível (op.cit.,p. 100).

No caso de São Sebastião, e de forma similar em outros municípios visitados neste projeto de mestrado como Ouroeste e Monte Alto, ambos no Estado de São Paulo, foi encontrada a manutenção majoritária do patrimônio arqueológico pela municipalidade. Estas cidades têm em comum a descoberta de sítios arqueológicos que atraíram grande repercussão e motivaram a instalação de estrutura mínima para seus perímetros e seus acervos.

Desta forma o município de São Sebastião, em decorrência de suas nuances ambientais e territoriais, agrega um mosaico de instrumentos protetivos oriundos de todas as esferas da União. Tais instrumentos se traduzem em unidades de conservação, dispositivos de tombamento, planos de gerenciamento e manejo. Este repertório imprime no patrimônio arqueológico, por suas características territoriais, reflexos diretos e indiretos presentes no corpo de seus diplomas, conforme elencados.

Incide sobre São Sebastião a criação do Parque Estadual da Serra do Mar - SP, doravante PESM, o qual abrange 75% do território municipal. Tal unidade de conservação foi criada por meio do Decreto Estadual 10.251 de 30 de agosto de 1977, cuja gestão é feita por núcleos diretores presentes no litoral e no planalto. No caso do município temos o Núcleo São Sebastião,

assessorado pelo seu conselho gestor (SÃO PAULO. Estado. FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2006, p. 15).

No ano de 2006 foi editado seu plano de manejo, que identificou as características, potencialidades e prioridades para cada núcleo. No caso de São Sebastião, as diretrizes incluem o fomento ao ecoturismo, além de declarar o Sítio Arqueológico São Francisco 01 como Área de Especial Interesse Histórico Cultural (op. cit., p. 274).

Tal cenário imprime coordenação da gestão arqueológica com as especificidades de uma unidade de conservação ambiental. Além disto, direciona esforços para a fruição, presente na prioridade para o ecoturismo e para o viés educacional, demandas já em grande parte atendidas, conforme veremos adiante no capítulo sobre a disponibilização do patrimônio arqueológico. Além do Sítio São Francisco 01, são abrangidos pelo perímetro do PESH no município outros três sítios arqueológicos: Antão Soares 01, Boa Vista 01 e Praia Brava de Boiçucanga 01.

Outro dispositivo legal que integra o sistema protetivo incidente nestes patrimônios arqueológicos é o tombamento como bem de caráter natural e paisagístico paulista do conjunto regional Serra do Mar - Paranapiacaba, pela Resolução Condephaat 40 de 06 de junho de 1985.

Ainda oriundo do governo estadual age sobre o município o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - Lei Estadual n.º 10.019, de 3 de Julho de 1998, art. 4º, incisos II e VI. Este diploma foi regulamentado pelo Decreto Estadual 49.215, de 7 de Dezembro de 2004, o qual instituiu o zoneamento da costa norte litorânea paulista. Inseriu como diretriz em todas as categorias de áreas “garantir a manutenção da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico”.

No terreno administrativo municipal o organograma da Prefeitura apresenta concorrência para a salvaguarda do patrimônio arqueológico. Tal conflito é exposto pela Lei Complementar 60/2005, que “Dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura de São Sebastião e dá outras providências”. No artigo 9º, § 3º, item 1.m.3, ela atribui ao Departamento de Patrimônio “promover estudos e pesquisas relativas aos sítios arqueológicos em âmbito municipal.”

Já a Lei Complementar 82/2007, que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural Deodato Santana (regulamentada pelo Decreto 4901/2010), em seu artigo 2º, inciso II, define: (é prerrogativa da Fundação Cultural) “promover a restauração e revitalização de patrimônios de valor histórico e cultural além de conservação, manutenção e administração do patrimônio arqueológico, abrangendo naufrágios e sítios arqueológicos submersos.”

Embora ambos os componentes citados (Departamento de Patrimônio e Fundação Cultural) estejam sob o organograma da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, poderá haver, por esta concorrência de atribuições, prejuízo para o trato arqueológico. Tal resultado poderá ser derivado de possíveis momentos de instabilidade gerencial, das vicissitudes da burocracia e dos melindres de cargos comissionados.

Em relação aos diplomas direcionados ao patrimônio arqueológico, ou os que o contemple em seus objetivos, há a lei municipal 1785/2005 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO, 2010) de autoria do Poder Executivo, cujo *caput* versa: “Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a celebrar termos de parceria, convênios e cooperação técnico-científica do patrimônio arqueológico do município”. Este diploma possibilita a gestão conjunta destes bens com a sociedade em geral. Insere nas políticas públicas municipais ações específicas, com reflexo em produções científicas, culturais e educacionais, com colaboração entre instituições de governo, setor privado e do terceiro setor.

A consolidação do olhar para o patrimônio arqueológico, no repertório de dispositivos legais do município, deu-se por meio de assessoramento do Setor de Arqueologia da Fundação Cultural à elaboração do Plano Diretor Municipal. Ainda em discussão para ser apresentado à Câmara Municipal, ele insere em diversos artigos a proteção aos bens arqueológicos, com reflexos a gestão urbana, cultural, econômica e educacional de São Sebastião (BORNAL; GALDINO, 2008).

Várias diretrizes e metas previstas em sua elaboração já serão atendidas com a consolidação das ferramentas deste Programa de Gestão, conforme enumeradas:

- A proteção do patrimônio arqueológico está prevista nos artigos 11º e 86º, que versam sobre os objetivos gerais do Plano Diretor e sobre as políticas culturais, respectivamente;
- Os procedimentos de reconhecimento do patrimônio arqueológico ante a intervenções potencialmente lesivas estão inseridos no art. 87º, inciso XXV e art. 88º, incisos XXII, XXIII e XXIV;
- A disponibilização da arqueoinformação está preconizada no art. 87º, incisos XIII e XXIV e art. 88º, inciso II;
- O ordenamento jurídico incidente ou complementar futuro é abordado no art. 87º, inciso XXI e art. 88º, inciso XXI;
- Protocolos de curadoria do acervo arqueológico são contemplados nos art. 87º, XXVII e art. 88º, inciso XXV;
- A disponibilização e estímulo à apropriação do patrimônio arqueológico estão previstos nos artigos 21º, inciso II, que abordam a promoção de roteiros turísticos que incluem a temática arqueológica; artigo 88º, inciso IV, sobre o incentivo à participação popular na gestão de seus recursos além de artigos que inserem a Educação Patrimonial nos programas curriculares da rede Municipal de Ensino.
- Além das ações específicas elencadas, a minuta do Plano Diretor acolheu o Zoneamento e Diretrizes previstas no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, em sua subseção II – Do Zoneamento Ecológico Econômico.

Como citado, o Plano Diretor encontra-se sob discussão e aprimoramento em grupo técnico instituído pela municipalidade, portanto, a ordem dos artigos elencados pode alterar-se. Também alguns ajustes foram propostos, dentre outros, a definição da prerrogativa de gestão do patrimônio arqueológico pela Fundação Cultural São Sebastião.

5.4. O ordenamento jurídico sob a ótica da sustentabilidade na gestão do patrimônio arqueológico

Vimos até então que a proteção do patrimônio arqueológico, enquanto bem comum do povo brasileiro, é prerrogativa do Estado (entendido como a ação conjunta de todos os entes da federação), que deve exercer seu poder de polícia, pertinente à fiscalização e à penalização ante ações lesivas. Porém, o exercício exclusivo de procedimentos repreensivos, além de diminuir a possibilidade de prevenção de impactos negativos, não imprime terreno favorável à participação da sociedade na gestão de seu patrimônio. Assim, apresenta-se a necessidade de fomentar, por parte do poder público, a utilização adequada dos recursos culturais como vetores de desenvolvimento, conforme aborda o arquiteto Gustavo Neves Rocha Filho (1986, p.22):

[...] mas, se por um lado, compete ao município deter, com o seu **poder de polícia**, toda a ação individual nociva à coletividade, por outro lado incumbe-lhe o dever de fomentar o desenvolvimento das atividades privadas, convenientes ao bem estar geral. É o **poder de propulsão**...

Este quadro é proporcionado pelo exercício do poder de polícia administrativa (prevenção, fiscalização, penalização) aliado com a educação dos envolvidos, gestão compartilhada e fruição dos bens arqueológicos. Sobre este enfoque opina Regina Coeli da Silva (2007, p. 71):

De qualquer modo, cumpre lembrar que a preservação patrimonial não se faz somente com leis. As regras ligadas à preservação arqueológica se inserem num quadro muito mais amplo de políticas públicas que devem ser fundamentadas nas reivindicações da coletividade, da sociedade. É ela quem deve acionar o aparelho estatal para que este venha a proteger os elementos que julga ser de seu interesse.

Neste contexto o patrimônio arqueológico não estaria protegido somente pela ação do Estado, mas conjuntamente com o público diretamente envolvido, com incentivo a projetos decorrentes da educação, da produção cultural e da geração de renda. O patrimônio seria constantemente revisitado, re-apropriado e autogerido, o que se convencionou chamar de sustentabilidade, conforme observa Oosterbeck: “sua gestão não deveria ser meramente conservacionista. Antes deveria articular-se com o desenvolvimento, numa ótica de sustentabilidade” (2008, p. 142).

Sobre o exercício de poder de polícia do Estado, Fogolari (2007, p. 25) observa que este deve estar imbuído de caráter preventivo. Ainda que tenha que cessar com atividades nocivas, a ação do Estado deverá ser não meramente repreensiva, mas coligar-se com ferramentas pedagógicas e projetos econômicos que permitam a prevenção e aproximação do público diretamente envolvido com os seus recursos culturais. Sobre este aspecto, Soares aponta como uma das tarefas primordiais dos planos de gestão “assegurar a sustentabilidade do bem, com sua utilização de modo que possa gerar recursos” (2007, p.23).

A institucionalização das políticas públicas para o patrimônio arqueológico, imbuídas de participação popular, pode garantir perenidade destas iniciativas, alheias a incertezas decorrentes de instabilidades políticas e percepções de gestores públicos, consoante com o que observam Bastos e Souza (2010, p.51): “[...] a cultura, para não ficar fragilizada, necessita de uma política de continuidade que evite por parte dos governos o desmantelamento de instituições e a descontinuidade de ações e projetos”. Sobre este risco, observa Salge Jr. (2003, apud Moraes, 2006, p. 193):

No confronto entre uma necessidade política ou uma necessidade ambiental, acreditamos fortemente que o Estado sempre vá escolher a primeira, até porque é da essência do poder público, pouco dado a pensar no coletivo, encastelar-se no seu feudo, em detrimento de questões sociais ou ambientais. Primeiro mantêm-se o Estado, depois a nação e o meio em que vivemos.

Diante do olhar imediatista recorrente sobre o patrimônio arqueológico por parte do poder público nas palavras de Funari, Oliveira e Tamanini (2008, p. 134) “outro público leigo”, acredita-se que as leis municipais somente são efetivas quando as pessoas estão ativamente envolvidas com a preservação dos sítios arqueológicos. Sobre este aspecto, observam Bastos e Souza (2010, p. 51):

É importante observar que, para realizar uma política de preservação arqueológica, são imprescindíveis ética profissional e uma boa legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, inclusiva e cientificamente aceitável. Sobretudo, são necessárias uma boa articulação política com os entes federativos em todas as suas instâncias e uma participação ativa da comunidade em geral.

Neste sentido, embora seja prerrogativa do Estado, por meio de seus entes, garantir a preservação do patrimônio arqueológico, entende-se que a sustentabilidade das políticas públicas para estes recursos é garantida não por investimentos duradouros e exclusivos do poder público, mas em conjunto com a apropriação de fato do patrimônio pela comunidade, objetivo a ser alcançado com ações de disponibilização dos bens arqueológicos, conforme descrito a seguir.

5.5. Síntese conclusiva

O patrimônio arqueológico, enquanto componente ambiental, é considerado bem necessário à vida, propriedade da União, protegido de forma consorciada por Governo Federal, Distrito Federal, estados e municípios. Tais obrigações refletem-se na necessidade de proteção física de seus sítios e acervos e no incentivo obrigatório à sua fruição, por meio da pesquisa, educação e geração de renda. Impactos causados aos bens arqueológicos são tipificados como crime federal, em razão de ser prerrogativa da União a propriedade destes recursos. Entretanto, não é considerado satisfatório o exercício exclusivo do poder de polícia por parte do estado se não for precedida ou concomitante com a promoção da participação da sociedade, na fiscalização, apropriação e gestão de seu patrimônio. Nesta direção procurar-se-á alcançar o que se convencionou chamar de sustentabilidade.

6. Da curadoria do acervo arqueológico

A preservação do patrimônio arqueológico, composta pela proteção física dos vestígios e pela disponibilização destes recursos pela sociedade, engloba não somente medidas protetivas aos presentes *in loco*, mas ao acervo deles decorrentes. O aumento do número de projetos de arqueologia deriva em desafios contidos no crescimento do volume de acervos, oriundos não somente de pesquisas acadêmicas, mas, sobretudo, dos projetos de arqueologia empresarial, ou comumente chamada de contrato (LIMA; RABELLO, 2007, p. 246).

Sobre este aspecto, Bastos e Souza (2010, p. 61) apontam a dificuldade de convencimento dos órgãos gestores municipais para a correta guarda deste acervo. Tal percalço baseia-se na expectativa da comunidade e dos agentes decisórios pelo aspecto estético dos vestígios, nos quais muitas vezes deparam-se por grande quantidade de vestígios sem atratividade expositiva, mas que demandam alto investimento para sua salvaguarda.

Sobre a composição do acervo arqueológico, entende-se que este é formado não somente pelos vestígios exumados, mas também pela produção cultural incidente, pois nas palavras de Rossano apud Soares (2007, p. 54) “o patrimônio arqueológico é assim integrado não só por bens materiais (artefatos de pedra, osso, cerâmica, restos de habitação, vestígios de sepultamentos funerários), mas também e principalmente pelas informações dele dedutíveis...”

Desta forma incluímos no rol de bens arqueológicos as produções artísticas decorrentes de projetos culturais que têm como tema a Arqueologia, resultados de diversas formas de manifestações (quadros, peças de teatro, músicas, esculturas, produção bibliográfica em diversas mídias, etc.). Tais manifestações configuram-se como formas de reprodução do patrimônio arqueológico, como que uma atenuante ao seu caráter finito, na forma de ações educacionais e museológicas. Deste modo, cabe ao fiel depositário deste acervo zelar, ordenar e disponibilizar este acervo para as demandas que se fizerem presentes.

Os desafios de salvaguarda destes recursos se traduzem nos procedimentos de curadoria: higienização, catalogação, acondicionamento, proteção e, sobretudo, na necessidade de disponibilização destes bens à

sociedade. Neste cenário, a curadoria do acervo arqueológico demanda a existência de recursos materiais compatíveis e profissionais habilitados, conforme explanam Lima e Rabello (2006, p.248):

Ela requer não apenas o treinamento dos que lidam com coleções, mas, sobretudo a sua educação, o que significa mudança de hábitos, implantação de novas mentalidades e conscientização crescente. Requer, enfim, a sedimentação de uma filosofia de trabalho comprometida prioritariamente com a proteção física das coleções. Implica monitoramento climático, controle dos níveis de irradiação, máxima organização das reservas técnicas, sistema de registro informatizado do acervo, armazenamento em embalagens e em mobiliário absolutamente inertes, implantação de procedimentos padronizados, adoção de medidas severas de higiene e rigoroso controle de movimentação das peças.

Não será abordado de forma pormenorizada nas técnicas pertinentes a cada etapa de curadoria, mas serão explanadas em linhas gerais as especificações básicas para o exercício das mesmas.

Os trabalhos de higienização são compostos pela aplicação de técnicas mecânicas (remoção de sujidades com escova, água e produtos neutros, por exemplo), físicas (secagem, desumidificação) e químicas (aplicação de produtos para preservação dos vestígios).

A catalogação do material arqueológico inicia-se na etapa de campo, diante da exumação dos vestígios que demandam correto acondicionamento e impressão clara das informações do local de coleta. Tais dados irão subsidiar a alimentação do banco de dados do acervo arqueológico, composto por variáveis múltiplas:

- dados de origem: nome do bem arqueológico (sítio, área de ocorrência, etc.), divisão territorial (área, setor, quadra, quadrícula, etc.), localização horizontal – ponto e vertical – profundidade/nível na qual o vestígio foi encontrado;
- categoria do vestígio: (cerâmico, lítico, metálico, ósseo, vítreo, etc.)
- características físicas: (matéria prima, origem, coloração, decoração, etc.);
- características morfológicas: (borda, base, bojo, peças, etc.);
- locação no acervo: caixa e etiqueta.

Evidentemente, cada categoria de vestígios do acervo e suas subdivisões demandarão sub-itens específicos. Estes dados deverão ser acessíveis e acolhidos em sistema eficiente de consulta, para cruzamento das informações.

A curadoria do acervo arqueológico deve ser propiciada por estruturas arquitetônicas e equipamentos que garantam condições de segurança ideais para a salvaguarda dos vestígios, tanto os presentes em reservas técnicas quanto os expostos em ambientes museológicos. Devem oferecer segurança contra os rigores do clima (ventos, chuvas, incidência de raios solares); agentes biológicos (insetos, fungos, roedores, etc.); sinistros (incêndios, inundações); vandalismos e roubos. As embalagens devem ser feitas em materiais compatíveis, que ofereçam proteção contra agentes químicos, físicos e mecânicos, além de facilidade no transporte e manuseio.

O projeto arquitetônico deve oferecer condições satisfatórias de ergonomia e conforto ambiental com iluminação, ventilação e temperatura ideais, *lay-out* que favoreça a proteção dos recursos, o trânsito de técnicos, a interligação entre as etapas de curadoria e o acesso ao acervo, otimizando os processos.

Completa o rol de procedimentos protetivos ao acervo arqueológico a estabilidade jurídica e administrativa incidente, isto é, a institucionalização de um museu de Arqueologia e do espaço a ele destinado, com garantia de recursos necessários à sua manutenção e desenvolvimento de seus serviços.

Finalmente, deve-se abordar que a curadoria do acervo arqueológico vai além da preservação do acervo. Procedimentos de salvaguarda devem ser completados com ações de disponibilização dos bens arqueológicos, na forma de recursos expositivos e na promoção da produção cultural e educacional, o que Tolmasquim e Granato (2008, p.12) definem como “disseminação dos objetos da coleção”.

Para alcançar este objetivo Bruno (1995, p. 349) defende que “o mesmo rigor que existe para autorizar o acesso à pesquisa deveria ser repetido para os projetos de exploração e educação arqueológica”. Sobre este aspecto, a autora (1995, p. 20) defende que o ato de disponibilizar o patrimônio torna-se “viabilizador de um processo de preservação, que por sua vez é pressuposto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica.” Nesta direção

contribui o terreno museológico, entendido pela autora (op.cit., p. 64), como um “canal de comunicação e agência educacional”.

A abordagem do acervo arqueológico em projetos expositivos deve preconizar a inserção dos artefatos em seu contexto cultural. Neste sentido se apresenta o eixo de atuação da coordenação do Projeto Arqueológico São Francisco, com a opção pela construção de cenários e dioramas, alheio à apresentação do objeto pelo objeto (BORNAL, 2010, p.3; BRUNO, 1995, p. 68).

Posto em linhas gerais o repertório de procedimentos em curadoria, nos ateremos neste momento em exemplos percorridos neste programa de mestrado e o caso do Município de São Sebastião. Durante a pesquisa foram visitados dois casos similares presentes no interior do Estado de São Paulo: Ouroeste e Monte Alto, ambos com pequenos núcleos de Arqueologia, decorrentes de descobertas de sítios arqueológicos de grande vulto.

O município de Ouroeste dispõe do Museu de Arqueologia de Água Vermelha – MAAV, instituído pela Lei Municipal 224/2001. Nesta instituição foi encontrada na exposição comunicação visual elaborada com linguagem acessível e atrativa. Todavia, os espaços destinados à reserva técnica e aos seus procedimentos são exíguos, constatação feita no local e indicada por informações fornecidas pelo técnico que a opera. Outro percalço identificado refere-se à paralisa das atividades do MAAV decorrente da instabilidade administrativa do órgão público municipal. Diante da necessidade de reforma das instalações, a empresa patrocinadora do museu efetuou os procedimentos na estrutura do prédio, cabendo à prefeitura a confecção dos painéis expositivos, o que não havia sido feito no momento de minha visita, em junho de 2011.

Em Monte Alto a exposição foi montada com apoio da Universidade de São Paulo, sob a temática pré-colonial da região. Tem-se como ponto positivo deste museu a sua localização, integrada com outros dois espaços museológicos: o Museu Histórico e o Museu Paleontológico, além de outros equipamentos culturais como biblioteca, videoteca e auditório. Porém, em informações coletadas com o responsável pelo acervo, em junho de 2011, constatou-se que a exposição estava há tempos sem renovação, fato que limitava a sua atratividade. Neste museu também havia exiguidade dos espaços destinados à reserva técnica.

Em ambos os casos, presenciou-se que os espaços destinados aos procedimentos de curadoria foram concebidos de forma insatisfatória até para o acervo que o gerou. Diante de novos aportes de vestígios decorrentes de novos projetos, não oferecerão condições para seu abrigo e impedirão a fixação destes bens na sua região de origem.

No município de São Sebastião a trajetória histórica dos espaços destinados à salvaguarda dos acervos arqueológicos apontou a opção por instalações improvisadas, uma ou duas salas em edificações que congregavam variadas funções culturais. Neste percurso o acervo arqueológico ocupou compartimentos em quatro prédios, todos não projetados para esta função.

Atualmente, o acervo arqueológico é acolhido em ambiente construído especificamente para este fim, designado não oficialmente como Núcleo de Arqueologia Pública de São Sebastião, anexo ao antigo Abrigo Batuíra, edificação oitocentista. Neste ponto vale ressaltar o esforço empreendido pelo arqueólogo Wagner Gomes Bernal, autor de gestões para a obtenção deste espaço, com projeto arquitetônico da arquiteta restauradora Fernanda Palumbo.

O Núcleo dispõe de espaços expositivos presentes em dois salões recém reformados que compõem o antigo prédio conhecido como Batuíra, erigido em alvenaria de pedra e barro e vedos em taipa de mão. Em edificação anexa (prancha 11), construída entre 2010 – 2011, localizam-se os banheiros, a administração, o laboratório com bancadas e mobiliário ergonômicos e a reserva técnica. Por fim, existe a possibilidade de ampliações futuras no terreno posterior. Todos os compartimentos oferecem acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

A catalogação do acervo no Núcleo de Arqueologia é efetuada com classificação primária dos vestígios, apenas com dados de origem e suas categorias. É imprescindível para um futuro próximo a elaboração de programas automatizados que permitam esmiuçar a análise do acervo, otimizar o cruzamento de variáveis e facilitar a obtenção de respostas. O acesso amplo deste acervo a diversos profissionais poderá mitigar os impactos decorrentes das intervenções infringidas nos sítios arqueológicos de origem, por meio da produção do conhecimento decorrente.

Deste modo conclui-se que, em linhas gerais, as instalações do Núcleo de Arqueologia Pública de São Sebastião atendem satisfatoriamente aos procedimentos de curadoria do acervo do município, e assim credencia a Fundação Cultural a salvaguardar o patrimônio e fornecer apoio institucional a projetos de outros municípios e regiões.

Vimos anteriormente que são necessárias estabilidade jurídica e administrativa para a existência de um centro de curadoria do acervo arqueológico. Sobre este aspecto o Núcleo de Arqueologia Pública ainda não foi instituído oficialmente, pois está apenas amparado em decisões administrativas da atual gestão e pelas prerrogativas presentes nas leis municipais citadas que obrigam o município a zelar pelo seu acervo arqueológico. Tal regulamentação está em negociação, sob parâmetros apresentados pela equipe de Arqueologia.

A linha expositiva adotada no Núcleo de Arqueologia opta pela inserção do acervo arqueológico em espaços interpretativos, renegando a prática de expor o objeto pelo objeto. Neste sentido contribuem dois projetos elaborados: Projeto Museológico Museu de Arqueologia Pública de São Sebastião (BORNAL, 2010) e a exposição Marcas da Alma (BORNAL; SILVA, 2011) (prancha 12). Tais iniciativas valeram-se de vestígios do Sítio Arqueológico São Francisco para a elaboração de ambientes que contextualizam as informações decorrentes, em especial, a cultura africana.

Concluindo, vemos na implantação do Núcleo de Arqueologia Pública de São Sebastião um avanço no que se refere às políticas para o patrimônio cultural, com reflexos imediatos para o seu entorno, neste caso o Bairro de São Francisco da Praia e o Sítio Arqueológico São Francisco 01. Como abordado anteriormente, este sítio está sob pesquisa sistemática desde o início da década de 1990. Por sua magnitude e excepcionalidade, possui a maior atratividade turística e educacional e é o gerador do maior volume de acervo arqueológico do município. Contudo, até o momento não dispunha de espaço expositivo para o visitante ampliar a experiência de conhecê-lo, por meio da interpretação e ambientação de seus vestígios.

Referente ao Bairro de São Francisco, o Núcleo tem potencial para tornar-se um polo cultural, referência para eventos, exposições, produção de conhecimentos e vetor de serviços correlatos no chamado *trade* turístico,

formado por setores de alimentação, meios de hospedagem, artesanato tradicional, etc. Este contexto é similar ao encontrado pela professora Maria Cristina Bruno em Mértola, Portugal, (1995, p. 141), um povoado até então estacionado, mas com grande potencial e atratividade cultural. Diante da instalação de um museu de Arqueologia, houve estímulo a projetos de pertencimento e consequente desenvolvimento, com participação da comunidade diretamente envolvida.

6.1. Síntese conclusiva

Os processos de Curadoria são compostos por procedimentos de higienização, catalogação, acondicionamento, manutenção/proteção e disponibilização. Seu acervo é formado pelos vestígios arqueológicos e pelos frutos de projetos culturais decorrentes da sua interpretação. Sua execução depende da existência de espaço físico que ofereça conforto ambiental ao usuário, de segurança ao seu acervo e da estabilidade institucional e jurídica, fatores que reverterão em condições ideais de funcionamento e desenvolvimento. A execução de processo de curadoria traduz-se em potencial educacional, científico e econômico, gerador de desenvolvimento individual e coletivo, além de premissa fundamental para a proteção do patrimônio arqueológico.

Fig. 01: em primeiro plano, antigo Abrigo Bатуira, edificação oitocentista destinada aos espaços museológicos
 Fig. 02: construção anexa que abriga a administração, laboratório e acervo
 Fig. 03: um dos dois salões do prédio destinados às exposições
 Fig. 04: instalações do laboratório
 Fonte: Acervo do autor

**Programa de Gestão do
 Patrimônio Arqueológico
 de São Sebastião - SP**

PRANCHA 11

Curadoria: o Núcleo de Arqueologia Pública
 de São Sebastião

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
 Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

01

02

03

Fig. 01: recomposição e consolidação de vasilhame cerâmico de produção regional para ser utilizado na exposição Marcas da Alma (BORNAL; RODRIGUES, 2011);

Fig. 02: recurso visual, de autoria de Fabio Almeida (2011), que sobrepõe iconografias presentes nos vasilhames a escarificações corporais africanas, ferramenta de interpretação do vestígio arqueológico;

Fig. 03: aspectos da exposição Marcas da Alma, com expositores entremeados com dispositivos de ambientação dos vestígios.

Fonte das imagens: acervo do autor.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 12

Projetos de disseminação do acervo:
Exposição Marcas da Alma

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

7. Da disponibilização do patrimônio arqueológico

Vimos que o modelo de gestão do patrimônio arqueológico proposto para o município de São Sebastião é composto por ações pertinentes ao reconhecimento de seus vestígios, pela gestão e disseminação da arqueoinformação, do ordenamento jurídico e da curadoria do acervo. Todos estes campos se inter-relacionam e convergem para a disponibilização na forma da democratização das informações, na consolidação dos sistemas protetivos e no fomento à produção cultural.

Ações pontuais referentes a este aspecto foram citadas nos capítulos anteriores (ferramentas web, prerrogativas legais de educação patrimonial, ações museológicas, etc.). Há de se ressaltar que estas ações não devem se configurar como simples ‘transferência’ de conhecimento arqueológico para o público. Tal política não se caracterizará como processo perene e sustentável, pois estará atrelado à simples iniciativa do profissional ou instituição ou por vezes sob uma obrigação legal.

Cessadas estas motivações, pouco ou quase nada permanece sobre o conteúdo ministrado e tampouco há a transformação de uma realidade. Assim, projetos educacionais, culturais e econômicos que se desenvolvem sob o tema da Arqueologia devem estar impregnados das demandas e percepções do público diretamente envolvido sobre seu patrimônio. Tal abordagem é consoante com as palavras de Rossano Lopes Bastos, que discorre:

[...]sobre maneiras como os sítios arqueológicos podem ser estudados e sobre os benefícios derivados para o público no estudo e conservação de recursos arqueológicos. Aqui, o objetivo é fazer Arqueologia tanto pública como publicamente relevante (2006, p. 157).

Sobre este aspecto observa Paoli (1992, p. 26): “Fazer com que nossa produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação e construção pelo crivo de sua significação coletiva e plural.”

Vimos nas citações acima recomendações para que os bens arqueológicos tenham relevância e significado no cotidiano do público em geral, em especial, a comunidade diretamente envolvida. Neste contexto

Meneses (2007, p. 46) cita como pilares da disponibilização do patrimônio arqueológico os usos educacional, cultural e econômico. Corrobora com esta abordagem as palavras de Matilde González Méndez (2000, p. 20), conforme observa:

Por su parte, el fenómeno de patrimonialización de los elementos arqueológicos, en su forma más estricta, se genera igualmente a partir del pasado siglo cuando, entre otras circunstancias, se comienza a tomar conciencia del interés que para el conocimiento del pasado poseen los restos (independientemente de su magnificência o beleza que ya se consideraban antes), de su utilidad para legitimar la particularización de un território, de su vulnerabilidad a los procesos de urbanización y ahora, **de la capacidad de transformarse en recurso para el deleite social o la actividad econômica.** (grifo nosso)

Reforçam estes conceitos as observações de Reino et al. (2002, p. 16):

La Arqueología debe responder hoy a las necesidades de la administración del Patrimonio, y esta a las demandas sociales y a los conflictos que surgen cuando aquél interacciona com procesos actuales (obras, proyectos de construcción, turismo, reivindicaciones comunitárias)...

O atendimento as demandas sociais pela Arqueologia preconiza a consolidação de uma ‘cultura arqueológica’, aqui entendida como a inserção de seus conceitos nos debates e no cotidiano do público leigo em geral, procedimentos que compartilham preceitos fornecidos pela Educação Patrimonial. Maria de Lourdes Parreiras Horta et al. (1999, p.6) deste modo a conceituam:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Programar e executar ações de Educação Patrimonial deve ser obrigação presente em todas as etapas da pesquisa arqueológica, por seu caráter mitigatório ante impactos decorrentes, conforme preconizam Bastos e Souza (2006, p. 53):

A Educação Patrimonial é parte importante no processo de pesquisa de campo, ao proporcionar a integração entre comunidade e pesquisa, instrumento de

(re)conhecimento das comunidades envolvidas por meio do acervo arqueológico e plataforma para ações de cunho educacional formal e informal.

Sua execução é parte inicial de um processo amplo de proteção ao patrimônio arqueológico, ao oferecer conhecimento sobre os direitos e deveres para com estes bens, em formas conjuntas de proteção e produção de conhecimento e da fruição destes recursos pela sociedade conforme aborda Regina Coeli Silva (2007, p. 71):

Ações embasadas em determinações legais devem ser vistas como um último recurso de um processo que se inicia com a educação patrimonial. Essa é a forma mais eficaz de socialização da informação acadêmica e principal instrumento de disseminação do saber científico, quase sempre restrito aos especialistas da área de arqueologia.

Funari e Robrahn-Gonzáles (2006, p. 3) destacam o aspecto público da Arqueologia referente a participação de comunidades diretamente envolvidas e o público estudantil. Sobre este potencial Meneses (2007, p. 49) observa: “A arqueologia fornecerá, sempre, material para tornar inteligível o fenômeno da transformação das sociedades – e isto seria um caminho fértil para ser explorado na educação.”

Ainda sobre este contexto o autor (op. cit., p. 51) também observa que a Arqueologia congrega aspectos naturais e culturais, fator que possibilitará ao público atingido diversas vivências. No esteio do conteúdo arqueológico poderão ser oferecidas disciplinas como a História, Geografia, Biologia, Educação Física, Literatura, Artes Plásticas, Arquitetura, etc., no que se convencionou chamar no ambiente pedagógico de Educação Transversal.

No tocante à produção cultural, o patrimônio arqueológico poderá subsidiar a formatação de projetos específicos com diversas expressões artísticas: *grafitti*, pintura em tela, dança, teatro, escultura, literatura, etc. Desta forma haverá terreno propício a manifestações as quais Meneses (op. cit., p. 46) define como “formas de compartilhamento das ações de promoção cultural com a sociedade”.

No contexto econômico a Arqueologia oferece possibilidades em duas principais áreas: o turismo em várias de suas vertentes e em seus serviços correlatos e na produção de bens sob sua temática: artesanato e culinária

tradicional, produtos contemporâneos, industrializados ou não, dentre outras possibilidades.

A atividade turística é conceituada como o deslocamento voluntário e não remunerado, além dos limites de seu município de morada, por tempo superior a 24 horas e inferior a 180 dias. Além da delimitação de tempo e espaço desta atividade, há ainda a sua classificação por uma infinidade de motivações: cultural, lazer, aventura, saúde, negócios, etc. Contudo, alheio a esta definição burocrática, entendo que fazer turismo não se refere a uma ação, mas a um comportamento.

Assim, ser turista não se vincula ao destino, ao tempo dedicado e tampouco a rótulos procedentes das modalidades de turismo. Cidadãos podem ser turistas em sua própria cidade, “viajantes eles próprios, como turistas em busca de seu passado e de sua cultura” (BANDUCCI, 2003 apud PARDI, 2007, p.332), no tempo que aquela experiência exige (URRY, 1996, p. 85). Deste modo um morador pode deslocar-se dentro de seu próprio município para vivenciar paisagens, sabores e demais manifestações culturais específicas de determinado bairro, no tempo de duração em que estes atrativos ocorrem.

Sobre o potencial turístico da Arqueologia, esta já oferece a alguns destinos a principal motivação para sua visita, como podemos ver em países da América Central, Europa e norte da África. No Brasil, destaca-se o Parque Nacional da Serra da Capivara, com consolidada infra-estrutura de recepção e visitação (GUIDON, 2007, p. 76).

O forte apelo que o patrimônio arqueológico oferece e seus resultados presentes na atividade turística motivaram a conceituação de uma categoria definida como arqueoturismo ou simplesmente turismo arqueológico. Tal modalidade não tem o objetivo inicial de gerar um turismo de massa, mas com “quantidades de pessoas compatíveis com o espaço interno dos sítios e coerentes com a fragilidade de seus atrativos” (MANZATO, 2007, p. 102).

A opção pelo aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico pressupõe infra-estrutura apropriada para sua visitação, pois esta reveste-se de especificidades referentes à preservação dos vestígios, fluxo/direção, capacidade de carga (quantidade de visitantes/dia que determinado bem pode suportar) e comunicação que possibilite a interpretação dos vestígios. Neste aspecto Scatamacchia (2005b, p. 12) observa: “A utilização de sítios

arqueológicos dentro de um programa estruturado de turismo é uma forma de conservação desses bens, garantida pela manutenção e pelos mecanismos estruturados relacionados a garantir uma visita segura.”

A conservação proporcionada pelo turismo ao patrimônio arqueológico pode dar-se de forma eficiente por meio da coligação com os serviços presentes no *trade* turístico (divulgação, transporte, meios de hospedagem, alimentação, comércio de produtos e serviços em geral). Se efetuada de forma adequada, com a preservação física e afetiva dos vestígios arqueológicos, a atividade turística pode compor a sustentabilidade do referido bem.

Tal quadro é composto por ações protetivas efetuadas por um órgão gestor conjuntamente com a sociedade, *filia* (afetividade), plena percepção sobre este bem e desenvolvimento econômico. O turismo arqueológico pode oferecer recursos financeiros de forma complementar ou integral para sua manutenção, valores oriundos diretamente da visita e do incentivo aos serviços turísticos correlatos, além do fortalecimento do turismo cultural local. Mais uma vez recorro às palavras de Scatamacchia (op. cit., p. 15):

O turismo fundamentado nele (patrimônio arqueológico) tem a faculdade de revelar a identidade do território e das qualidades de uma cultura local, fixando imagens e mensagens em experiências, por meio de objetos e vestígios que testemunham o modo de viver e de trabalhar da comunidade no passado.

Outra categoria que encontra subsídio na Arqueologia é definida como turismo étnico, aqui definido como a modalidade na qual o oferecimento da cultura local e a interação entre visitante e morador são imbuídos por ações de afirmação e resistência por parte da cultura receptora.

Neste aspecto a pesquisa arqueológica pode oferecer conteúdo para o planejamento e execução de projetos econômicos dirigidos e voltados às comunidades até então excluídas do panorama turístico, como grupos quilombolas e indígenas. Cumpre-se então um papel da Arqueologia preconizado por Maria Cristina de Oliveira Bruno (1995, p. 8), referente a possibilitar a grupos excluídos a sua manifestação neste processo.

A interação Arqueologia e Turismo também pode originar novas formas de comunicação do patrimônio arqueológico, mais atraentes e interativas, ferramentas traduzidas em sinalização interpretativa, entendida como formas

de comunicação que permitem ao visitante ambientar os atrativos turísticos e refletir sobre seus significados. Manzato (2007, p. 103) afirma que sua aplicação “minimiza e evita a incompreensão do atrativo, especialmente dos vestígios arqueológicos.”

Mais uma vez ressalta-se que o oferecimento do patrimônio arqueológico ao público, neste caso por meio das ferramentas de comunicação, não deve se traduzir em transferência de conhecimento, mas permitir que o visitante exerça inferência e reflexão sobre o que vê, conforme observa Valera (2008, p. 21):

Não se oferece ao visitante um sítio e uma interpretação oficial e ‘verdadeira’, mas um processo interpretativo, com as suas negociações e confrontos[...] deste modo, a divulgação da ciência passará, também, por uma apresentação das condições da sua produção. [...] essa partilha é um dever e só mesmo quem não a experimentou não conhece a satisfação que pode proporcionar.

Completa o potencial arqueológico para o fomento econômico a sua utilização no apoio à produção comercial, de forma artesanal ou industrial, de itens que trazem consigo a temática arqueológica. Em conformidade com esta abordagem ilustra de forma exemplar a produção cerâmica com temas presentes na Serra da Capivara, com uma consolidada linha de produtos, disponível em todo o Brasil com distribuição por grandes redes varejistas (CERÂMICA SERRA DA CAPIVARA, 2011). Porém, tal processo pode ser executado em nível local e regional, com a confecção de itens, de caráter tradicional ou contemporâneo, com diversos materiais, sob um selo arqueológico, como veremos no caso do Bairro de São Francisco da Praia, em São Sebastião. Contribui neste sentido a obra de Lima e Pereira (2007), executada em Canaã dos Carajás, conforme descrevem:

Assim, pela linguagem da arte, assuntos como arqueologia, cultura, memória, patrimônio e identidade cultural foram tratados e relações de parceria foram construídas. Os vestígios deixados pelos antigos habitantes e estudados pelos arqueólogos tornaram-se conhecidos e foram fonte e incentivo para afirmação de artesãos e artesãs ceramistas que agora usufruem desse conhecimento produzindo artefatos inspirados nessa cerâmica arqueológica.

Vimos até então que a fruição da Arqueologia e sua inserção no cotidiano da sociedade são exercidas primordialmente por ações educacionais, culturais e econômicas. Evidentemente, tais campos compartilham

características comuns, e se inter-relacionam. Uma atividade educacional pode valer-se do viés turístico, ao considerarmos o deslocamento, hospedagem e alimentação do grupo visitante. A produção artesanal que gere renda pode se caracterizar como uma manifestação cultural, dentre outros exemplos. Isto posto, serão abordadas neste momento as ações implementadas no município de São Sebastião, frutos deste programa de gestão e de projetos precedentes e concomitantes.

A disponibilização do patrimônio arqueológico no município de São Sebastião encontra respaldo na atuação, desde a década de 1990, do arqueólogo Wagner Gomes Bernal e do Projeto Arqueológico São Francisco, com ações que primaram pela participação efetiva da sociedade na fruição de seus recursos. Com este objetivo, o Setor de Arqueologia desenvolveu, no ano de 2007, duas ferramentas: o recurso multimídia CD-ROM Sítio São Francisco (BORNAL; ALMEIDA, F., 2007) e o sítio eletrônico www.sitiosaofrancisco.org.br (BRAUHN, 2007). A partir do ano de 2008 projetos específicos foram executados, com o intuito de institucionalizar iniciativas anteriores e inserir novas formas de comunicar o patrimônio arqueológico, conforme descritas.

7.1. Semana Escolar de Arqueologia

O Projeto Semana Escolar de Arqueologia (GALDINO, 2010) consiste em proporcionar a alunos da rede municipal de ensino fundamental a oportunidade de conhecer seu patrimônio arqueológico por meio das seguintes atividades (pranchas 13, 14 e 15):

- Atividade prévia intra-classe realizada com o recurso multimídia CD-ROM São Francisco 01;
- Visitas monitoradas ao Sítio Arqueológico São Francisco e a outro exemplar localizado no bairro envoltório à unidade escolar;
- Vivência de atividade de campo no sítio arqueológico presente no bairro, com confecção de grid de prospecção, prática de escavação, registros fotográficos e vídeo em meio digital, relatório de campo, levantamento com bússola e trena dos vestígios e acondicionamento prévio do material exumado;

- Práticas de laboratório, com técnicas de higienização, catalogação e acondicionamento;
- Atividades posteriores em aula, conduzidas pelo professor.

Com apoio da Secretaria Municipal de Educação por meio de sua coordenação pedagógica, foi realizada em caráter experimental em dezembro de 2010, uma primeira ação com 16 alunos da Escola Municipal Walfrido Maciel Monteiro, localizada no Bairro do Morro do Abrigo, envoltório ao Sítio Arqueológico São Francisco. No ano de 2011, o projeto foi implantado com 15 sétimos anos do ensino fundamental, público alvo escolhido em razão da abordagem da formação nacional na grade curricular nesta etapa de ensino.

Tivemos como resultado a participação de 480 alunos de três escolas municipais: Professora Cínthya Cliquet, no Bairro da Enseada, Walfrido Maciel Monteiro, no Bairro do Morro do Abrigo e Professora Maria Francisco Tavoraro, localizada no Bairro de Pontal da Cruz. Todos os alunos visitaram o Sítio Arqueológico São Francisco 01 e realizaram as atividades de campo nos sítios envoltórios Enseada 01, Morro do Abrigo 01 e Fazenda Santana 01, respectivamente. As atividades de laboratório foram executadas nas dependências do Núcleo de Arqueologia Pública.

Além de conhecer o Sítio São Francisco, patrimônio arqueológico já preparado para a visitação geral, os alunos puderam conhecer um bem arqueológico de seu próprio bairro, com reflexos não somente de ordem individual, mas coletivo ao envolver seus familiares e moradores em geral. Tais resultados aferimos em contatos com alunos e professores. Completam os benefícios alcançados os subsídios fornecidos para atividades intra-classe.

Concluindo, já existe protocolo de intenção para a institucionalização da Semana Escolar de Arqueologia, com periodicidade anual e extensão de sua abrangência para outros bairros do município. Contribui para este propósito a identificação de outros sítios em outras localidades, resultado obtido pela etapa de reconhecimento arqueológico, desenvolvida ao longo deste programa de gestão.

Fig. 01 e 02: visitas monitoradas ao Sítio Arqueológico São Francisco.
Fonte: acervo do autor.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 13
Semana Escolar de Arqueologia:
visita monitorada

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

Fig. 01, 02 e 03: aspectos da etapa de escavação no projeto. Fonte: acervo do autor.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 14
Semana Escolar de Arqueologia:
etapa de escavação

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

Fig. 01: elaboração de relatório;
Fig. 02: medição das estruturas e elaboração de croquis;
Fig. 03: registro em vídeo de depoimentos de moradores, feito pelos alunos;
Fig. 04: procedimentos de higienização dos vestígios;
Fig. 05: catalogação do acervo.
Fonte das imagens: acervo do autor.

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 15
Semana Escolar de Arqueologia:
atividades complementares

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

7.2. Projeto “A terapêutica da natureza através do barro”

No final de 2008 elaborou-se, em parceria com a ceramista Maria Aparecida Ivanov, o projeto “A terapêutica da natureza através do barro” submetido à seleção pública intitulada Petrobras – comunidades, na qual fomos contemplados. Este trabalho teve como objetivo ministrar, no ano de 2009, aulas de artesanato em barro a 130 alunos da APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional, de São Sebastião (prancha 16).

As atividades têm como referência os vestígios cerâmicos encontrados no Sítio São Francisco: fragmentos de panelas, cabos, cachimbos, iconografia incisa. Possui como objetivo maior oferecer o caráter terapêutico fornecido pelo manusear do barro. Contudo, foi possível obter resultados surpreendentes, evidenciados na qualidade dos vasilhames e na obtenção de renda e satisfação pessoal, quando parte da produção foi posta a venda como souvenir. Também foi relatada pela ceramista que praticamente todos os alunos puderam produzir peças, segundo a capacidade motora de cada um.

As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, com duração de quatro horas diárias. Nos anos de 2010 e 2011 o convênio foi renovado, já com previsão de execução para os próximos anos com a inserção da prática ceramista na grade pedagógica da instituição.

Fig. 01 a 05: dia a dia das atividades pedagógicas em cerâmica

Fig. 06: exemplos de produtos elaborados pelos alunos

Fonte: acervo Maria Aparecida Ivanov.

<p>Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP</p>	Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

PRANCHA 16
Projeto Terapêutica da Natureza
Através do Barro

7.3. Programa de palestras e assessoramento sobre o patrimônio arqueológico

Ao longo dos últimos seis anos, a equipe de Arqueologia do Município de São Sebastião proferiu palestras e eventos sobre o patrimônio arqueológico, com o objetivo de inserir este tema nas atividades desenvolvidas por diversas instituições afins (prancha 17), conforme exemplos elencados:

- Professores da rede municipal de ensino;
- Guarda Civil Municipal;
- Oficina Escola de Restauro Deodato Santana;
- Guarda Civil Mirim;
- Projeto de Jovens Viveiristas Caetê Porã;
- Programa de Reciclagem dos Monitores Ecológico-culturais de São Sebastião.

De forma correlata a Equipe de Arqueologia se faz presente em conselhos gestores municipais, ao inserir o contexto arqueológico e assessorar as discussões pertinentes elaboradas nos seguintes órgãos:

- Conselho Gestor do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo São Sebastião (2007 até o presente);
- Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (2005 até o presente);
- Conselho Municipal de Turismo (2005 até o presente);
- Conselho Gestor da ESEC Tupinambás (2010 até o presente);
- Comissão do Programa Municipal de Revitalização dos Centros Históricos (2009 – 2011);
- Secretaria Municipal de Promoção Social.

Embora não haja um calendário fixo de palestras, já encontra-se consolidada a inserção da Arqueologia em conteúdos programáticos de diversos projetos e órgãos de cunho educacional, ambiental e turístico.

Fig. 01: reunião com professores da rede municipal de ensino;
Fig. 02: visita monitorada pelo arqueólogo Wagner Gomes Bomal e equipe a integrantes da Educafro e Paróquia Nossa Senhora do Amparo, no Bairro de São Francisco da Praia.
Fonte das imagens: acervo do autor.

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP

PRANCHA 17
Palestras e reuniões realizadas

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

7.4. Curso de Formação de Monitores Ecológico – Culturais

Nos anos de 2008 e 2009, o Projeto Arqueológico São Francisco em parceria com a Fundação Florestal, promoveu o Curso de Formação de Monitores Ecológico – Culturais (GALDINO, 2008). O referido curso (prancha 18) foi concebido para reforçar o quadro de monitores, que encontrava-se defasado, bem como preencher uma lacuna referente ao enfoque patrimonial preponderante na visita guiada ao sítio arqueológico.

Considera-se também o fato de que, no plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, o Sítio Arqueológico São Francisco ter sido considerado como “Zona de especial interesse ecológico-cultural” (SÃO PAULO. Instituto Florestal, 2006, p. 275), o que demandou qualificação de nosso corpo de profissionais.

O curso obedeceu ao Programa Municipal de Ecoturismo e à resolução SMA/SP 32/98, que rege o conteúdo programático básico de formação de monitores ecológicos. Com 100 horas de teoria e 120 horas de estágio, sua grade foi adaptada para a temática patrimonial, com disciplinas como Conceitos de Patrimônio Cultural, Evolução Urbana de São Sebastião e Arqueologia.

Além destes conceitos foram abordadas prioritariamente as culturas africana e caiçara, menos perceptíveis no universo de uma fazenda colonial de grande extensão, terreno onde historicamente a iniciativa empreendedora do europeu é decantada.

O público alvo deste curso foi obtido com a participação de integrantes de ONGs que aderiram ao projeto: Zambô do Movimento Negro de Caraguatatuba, Associação de Congadeiros do Bairro de São Francisco, Ceramistas de São Sebastião e Conselho da Consciência Negra de São Sebastião. Após 14 meses de curso foram credenciados 11 monitores, dos quais 5 permanecem em atividade.

Além do reforço do quadro de monitores, esta iniciativa resultou na promoção de roteiros turístico-culturais de viés étnico, que integram visita monitorada, gastronomia tradicional e oficina de artesanato. Nestes, os visitantes do sítio arqueológico conhecem as ruínas, desfrutam de um café colonial com ingredientes da terra e participam de oficina de feitura de panela

de barro, onde podem levar o resultado para casa. Tal roteiro foi elaborado e é executado pelos próprios monitores, com possibilidade de fornecer base para a consolidação e expansão do turismo étnico no município.

7.5. A Semana do Congadeiro do Bairro de São Francisco da Praia

Com a integração das ONGs obtida no Curso de Formação de Monitores Culturais, foi posta em prática a Semana do Congadeiro do Bairro de São Francisco da Praia (prancha 19). Realizado nos anos de 2008 e 2009, este evento contou com participação de grupos culturais tradicionais de São Sebastião e do Litoral Norte, como folias de reis, moçambiques e maculelês, além de palestras, culinária africana, oficinas artísticas, etc., transformando-se em evento aglutinante da cultura regional. Na edição de 2009 a Congada realizou uma apresentação nas dependências do Sítio Arqueológico São Francisco.

Diante do envolvimento popular alcançado, foi promulgada pela Câmara Municipal de São Sebastião a lei 1995/2009, que institui no calendário oficial de eventos do Município a Semana do Congadeiro. Contudo, em decorrência de problemas de ordem política e falta de apoio do poder executivo, nos anos seguintes (2010 e 2011), a semana não foi realizada.

7.6. Eventos de turismo étnico-religioso

Em relação ao turismo étnico, além do curso de formação de monitores, foram realizados dois eventos no ano de 2011, sob a temática afro-descendente: a Semana Santa e a Missa de Corpus Christi, ambas inculturadas afro, isto é, sob rito litúrgico permeado por manifestações de origem africana (prancha 20). Realizadas nas dependências do Sítio Arqueológico São Francisco e nas ruas dos bairros envoltórios, tais celebrações introduziram no cenário turístico e cultural do município as reflexões sobre a trajetória do negro em nosso país, bem como seu legado. Em meio às manifestações religiosas foram apresentadas atrações culturais, como jongo, samba de roda, capoeira, congada, etc., com presença de aproximadamente 200 pessoas em cada evento.

Estes projetos, realizados em parceria com as ONGs do município, a Educafro, o Afroreggae e diversas outras instituições, objetivaram inserir o município no contexto turístico de cunho africano no cenário nacional, além de promover a apropriação do patrimônio arqueológico de São Sebastião de forma efetiva. Para os anos vindouros existe a intenção de repetir estas experiências, até se alcançar sua consolidação no calendário turístico regional.

7.7. Apoio à produção ceramista

Até o ano de 2007, não havia no repertório de oficinas culturais de São Sebastião a atividade ceramista, apesar do município ter acolhido importantes polos produtores. Com nossa intervenção conseguimos inserir esta atividade na oferta de cursos oferecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo.

De encontro, a pesquisa e salvaguarda dos vestígios cerâmicos encontrados no Sítio Arqueológico São Francisco subsidiou a atividade ceramista no município, com reflexos para a região, em especial, a cidade vizinha de Caraguatatuba. Tal iniciativa consiste em instrumentar os artesãos para inserir em suas atividades produtos com características presentes no material arqueológico, como técnicas, formas e iconografias. Além do artesanato tradicional, também há de ressaltar que estes recursos poderão ser utilizados em produtos contemporâneos como a cerâmica de alta temperatura, utilitária ou decorativa (prancha 21).

Fig. 01: treinamento dos monitores nas dependências do Sítio Arqueológico São Francisco 01

Fig. 02: palestra sobre legislação ambiental com integrantes da Polícia Ambiental de São Sebastião.

Fonte: acervo do autor

Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

PRANCHA 18
Curso de Formação de Monitores
Ecológico - Culturais

Fig. 01: apresentação da Congada nas ruínas do Sítio São Francisco 01
 Fig. 02 e 03: pintura corporal étnica realizada na festa social.

<p>Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP</p> <p>PRANCHA 19 Festa do Congadeiro</p>	Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

Fig. 01: momento da encenação da crucificação, passo da Via Crúcis Incultrada Afro;

Fig. 02 e 03: momentos da celebração;

Fig. 04: Missa de Páscoa;

Fig. 05: Missa de Corpus Christi, realizada nas dependências das senzalas do Sítio Arqueológico São Francisco.

Fonte das imagens: acervo do autor.

<p>Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião - SP</p> <p>PRANCHA 20 Turismo étnico</p>	Dissertação de Mestrado	
	Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
	Clayton Galdino	
	Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP	
	São Sebastião - SP	2011

Fig. 01: palestra para ceramistas no município de Caraguatatuba, sobre Arqueologia e os vestígios cerâmicos do Sítio Arqueológico São Francisco. Fonte: Fundacc – Prefeitura Municipal de Caraguatatuba;

Fig. 02: produção paneleira no Bairro de São Francisco da Praia. Fonte: Maria Aparecida Ivanov

**Programa de Gestão do
Patrimônio Arqueológico
de São Sebastião - SP**

PRANCHA 21
Apoio a atividade ceramista

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro
Scatamacchia

Clayton Galdino

Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP

São Sebastião - SP

2011

7.8. Síntese conclusiva

A exteriorização do patrimônio arqueológico no município de São Sebastião configura-se como política de pesquisa desde a década de 1990, pela coordenação do arqueólogo Wagner Gomes Bernal. Este programa de gestão procurou institucionalizar as práticas realizadas, bem como inserir novas abordagens, sempre norteadas pela participação efetiva do público na construção do conhecimento sobre seu patrimônio.

Obtivemos como resultado a execução de projeto de cunho educacional e a inserção da disciplina arqueológica no ambiente escolar, base para aprimoramentos e ampliação do aproveitamento sobre esta ciência no apoio as áreas do conhecimento correlatas. A Arqueologia encontra-se em processo de consolidação no subsídio ao turismo étnico e ao artesanato tradicional, constituindo-se como fator de geração de renda. Nesta direção tais iniciativas pretendem imprimir um processo contínuo de apropriação do patrimônio arqueológico no âmbito do município de São Sebastião.

Considerações finais

O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Município de São Sebastião alcançou, nestes quatro anos de execução, alguns resultados que avançam sobre seus objetivos iniciais. Procurou instituir protocolos de preservação ao patrimônio arqueológico, forneceu bases para o desenvolvimento das atividades realizadas e para a inserção de novas abordagens.

A etapa de reconhecimento proporcionou como resultados o diagnóstico do patrimônio arqueológico do município, com incidência de 39 bens; compilou as informações presentes em projetos realizados e fontes documentais, ambas ações realizadas em caráter prévio; estendeu a grande parte do território a percepção sobre Arqueologia ao envolver de forma incisiva a comunidade na pesquisa de campo.

Propiciou indicativos de novas formas de ocupação do município; inseriu na gestão arqueológica municipal a categoria Área de Interesse Histórico - Arqueológica, modalidade que preconiza proteção cautelar e adequada à interface Arqueologia e Urbanismo; trouxe para o objeto de estudo, em nível municipal, o patrimônio arqueológico oriundo do século XX, como descreve Zanettini (2005, p. 7), de natureza “notadamente brasileira, via de regra, negligenciado por motivos meramente ideológicos, quando não meramente descartado em programas e intervenções dessa natureza em solo urbano.”

Os procedimentos de campo destinados ao reconhecimento do patrimônio arqueológico agregaram em seu escopo os chamados bens culturais integrados, demais componentes do patrimônio cultural de São Sebastião. Tal abrangência estende-se também nas outras etapas do programa, em especial, a inserção dos dados nas ferramentas de gestão da informação.

O reconhecimento dos patrimônios localizados e dos vindouros apresenta novos desafios, traduzidos em novas etapas a serem implantadas como, por exemplo, a identificação de suas potencialidades, transcritas nos âmbitos da produção cultural, da educação e do turismo. Demandará o monitoramento dos seus bens: estado de conservação, avaliação de ameaças,

impactos e análise qualitativa e quantitativa de sua fruição social. Sobre este aspecto explana Méndez (2000, p.20, 22):

Por todo esto, el arqueólogo o la administración como conocedores de las demandas y necesidades sociales respecto al patrimonio histórico, deben realizar valoraciones que permitan decidir qué se conserva por encima de todo, qué se ilustra al público, qué se investiga o qué se reserva para estudios futuros.

Outra ação a ser desenvolvida integra o patrimônio arqueológico subaquático. Reforça esta necessidade o alto potencial arqueológico e os riscos presentes em águas sebastianenses, conforme afirma Pardi (2007, p. 37):

No canal da cidade de São Sebastião (SP), é grande a quantidade de mergulhadores que, em barcos afundados revolvem os vestígios, provocando sua dispersão ou ainda os coletam para obter souvenir ou vender para antiquários.

Diante das demandas especificadas, reafirma-se que o trabalho de campo configura-se como processo permanente e dinâmico. Ilustra este aspecto o fato de que, durante nossa trajetória neste programa, termos colhido novas indicações orais sobre possíveis ocorrências para serem averiguadas. Também é desejável num momento futuro a análise de aspectos geoindicadores, para exercer de forma preditiva o reconhecimento arqueológico. Contudo, os projetos oriundos destas novas abordagens poderão recorrer às ferramentas desenvolvidas por este programa de gestão.

As ferramentas de gestão da arqueoinformação elaboradas permitem a democratização das informações e subsídios a respostas necessárias ao planejamento, à administração, à fiscalização e ao fomento social e econômico. Tais instrumentos atendem de forma satisfatória órgãos fiscalizadores, empreendedores e o público em geral, pois se desdobram não somente em documentos técnicos, mas também com viés didático. Evidentemente, como necessidade e trajetória naturais de todos os programas computacionais, há de se buscar a melhora de sua interface e inserção de novos recursos, diante do surgimento de novas demandas e novos aplicativos.

Embora não exista a prerrogativa de ignorância por parte do cidadão e das instituições sobre suas responsabilidades legais, com a disponibilização da arqueoinformação em nosso município diminui a possibilidade de alegar

desconhecimento sobre o patrimônio arqueológico. Atente-se principalmente para o poder público municipal, regulador do processo de urbanização.

A análise do ordenamento jurídico incidente encontrou o patrimônio arqueológico em São Sebastião amparado pelos diplomas federais e estaduais. No entanto, no município constatou-se pouca inserção da Arqueologia no processo decisório, fator agravado pelo desconhecimento sobre esta ciência pelos gestores públicos. Em contraponto a este aspecto vislumbrou-se, com os procedimentos efetuados, uma mudança positiva nesse contexto.

Entende-se também que o aparato jurídico municipal contemplará, de forma satisfatória, as demandas de proteção e fruição de seus recursos, principalmente diante da premente promulgação de seu plano diretor. Tal dispositivo norteará a elaboração de diplomas específicos que se fizerem necessários, como por exemplo, a criação por lei do Museu de Arqueologia.

Evidentemente a simples promulgação de diplomas legais não garante proteção efetiva, cenário alcançado com participação e vigilância popular. Neste sentido o município de São Sebastião possui terreno fértil e acalorado em debates e mobilizações em prol de seus recursos ambientais, aspecto que poderá acolher discussões sobre seu patrimônio arqueológico. Para consolidar este caráter protetivo, faz-se necessário o fortalecimento da participação da sociedade na proteção de seus bens arqueológicos, por meio da institucionalização do incentivo à fruição destes patrimônios.

Em passo contínuo, o processo basilar para a preservação e fruição dos vestígios arqueológicos encontra-se na curadoria. De encontro a este objetivo foram realizados importantes avanços tocantes à salvaguarda e disseminação do acervo arqueológico, por meio de recursos materiais, humanos e procedimentos adequados. Tal resultado traduz-se na construção do Núcleo de Arqueologia Pública de São Sebastião e nos projetos destinados à divulgação deste acervo, como os projetos museográficos apresentados.

Compete agora à nossa equipe a atração de pesquisadores para colaborarem com seus trabalhos sobre o acervo e o aprimoramento das ferramentas de catalogação e gestão do acervo. Pode-se também avaliar num futuro próximo a carência de estruturas físicas adaptadas a portadores de mobilidade reduzida, como bancadas e pias, uma oportunidade de atuação de cadeirantes nos procedimentos de laboratório.

Reafirma-se aqui que a conceituação de acervo arqueológico deve incorporar a produção cultural incidente: as manifestações artísticas que utilizam o patrimônio arqueológico como inspiração. Com a inserção de seus elementos nestas manifestações pode-se mitigar os impactos a ele infringidos e atenuar o seu caráter finito. Evidentemente esta consideração de ordem pessoal, de se considerar uma produção cultural como patrimônio arqueológico, implicaria em questões legais ao aplicarmos as mesmas prerrogativas de proteção. Mas apenas chamo a atenção de que os bens arqueológicos não são estanques, tanto no acervo como *in situ*, mas potencialmente dinâmicos, ao configurarem-se como geradores de conhecimento e oportunidades.

Por fim, completam o ciclo de gestão do patrimônio arqueológico não somente as ações específicas destinadas à disponibilização deste acervo, mas principalmente a inserção do tema Arqueologia no cotidiano criativo da Educação, da Cultura e da geração de renda. Embora abordadas em capítulos em separado, as cinco etapas deste programa de gestão se inter-relacionam e convergem para este caminho. Seu exercício representa um grande avanço na política arqueológica no município por meio de resultados conforme descritos.

No âmbito educacional consolidou a disciplina arqueológica com algumas ações: a capacitação dos professores, a instituição de calendário de visitação ao Sítio Arqueológico São Francisco e a vivência dos procedimentos de pesquisa pelos alunos. Propicia-se desta forma reflexão para a trajetória deste público e da cidade em que vive, ao observar processos de ocupação e cultura material herdada. Como vimos, sua abrangência atingiu especialmente alunos da rede municipal de ensino e de portadores de necessidades especiais.

Tocante a produção econômica esta etapa do programa incrementou o turismo no município, com a capacitação de recursos humanos, a inserção de novas modalidades e a possibilidade de desenvolvimento do *trade*, com reflexos em meios de hospedagem, traslado, alimentação, produtos e serviços em geral. De forma incipiente, atua no estímulo à produção cultural, com o apoio ao artesanato tradicional, em especial, a atividade ceramista.

Diante do executado e do potencial a ser desenvolvido caminha-se para o estabelecimento, como afirmado, de uma cultura arqueológica no município

de São Sebastião. Tal cenário traduz-se na possibilidade de vivenciar a Arqueologia cotidianamente, não somente em eventos esporádicos: momentos que causam alvoroço, mas esvaem-se da mesma forma em que vieram. O que se busca é poder consultar e recorrer ao seu patrimônio arqueológico sempre que preciso.

Beja e Dália (2007, p. 31) afirmam que a gestão do patrimônio arqueológico propicia a elaboração de pesquisas acadêmicas “sem constrangimentos de espaço e tempo”, o que se aplica também às outras formas de produção cultural. Ao garantir a preservação de seu conjunto arqueológico, abordagens específicas poderão ser realizadas e convertidas em enriquecimento da compreensão de nosso município e benefícios para a sociedade em geral, auxiliando a suprir carências de ordem educacional, cultural e turística.

Não há como permitir que o patrimônio arqueológico de uma localidade seja impactado, ao menos sem contrapartida. Neste momento permitam-me atribuir a conotação bem econômico ao patrimônio arqueológico, ao considerarmos alguns aspectos: que o conhecimento atualmente é valorado; que recursos investidos em ações culturais e educacionais podem reverter montantes investidos em segurança, repressão e recuperação de indivíduos e que lugares notáveis configuram-se muitas vezes como agentes principais na motivação turística em muitos destinos. Deste modo, patrimônio arqueológico não transita somente no discurso de riqueza cultural. É também riqueza econômica, que otimiza os investimentos destinados ao aprendizado, esmorece distúrbios sociais ao fortalecer a identidade local e fomenta a criatividade e a produção de bens e serviços.

Neste sentido, espera-se ter contribuído com este programa de gestão para a descoberta de uma parte dos recursos de São Sebastião até então desconhecida. Herança dos que aqui viveram, testemunhos da terra e da paisagem, patrimônios arqueológicos que poderão integrar-se com os demais bens culturais, serem protegidos e usufruídos e assim, tornarem-se vetores de desenvolvimento individual e coletivo.

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Uma nova ligação entre o Litoral e Planalto, no setor Paulista do Eixo Rio – São Paulo: (re) visão de um projeto.** Fotocópia de manuscrito. (Acervo Fundação Cultural São Sebastião). sd, sl;

ALMEIDA, Antonio Paulino. **Memória Histórica sobre São Sebastião.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1959;

ALMEIDA, Fábio. **Iconografia africana da Exposição Marcas da Alma.** Software. São José dos Campos: Studiomov, 2011;

AMENOMORI, Sandra Nami. **Paisagem das ilhas, as ilhas da paisagem: a ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos no Litoral Norte do Estado de São Paulo.** Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2005;

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. **A tradição cerâmica Itararé-Taquara:** características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia* 20. São Paulo: MAE-USP, 2007, p. 09 – 38;

ARAÚJO, Cristina Pereira de. **Porto (in)seguro: a perda do paraíso. Os reflexos do turismo na sua paisagem.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2004;

BALLARIO, Célia Buccolo. **Avaliação da influência da política de transportes no crescimento do litoral norte do Estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado em Urbanismo. São Paulo: FAU-USP, 2000;

BASTOS, Rossano Lopes. **A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos.** In IPHAN. **Patrimônio: atualizando o debate.** São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006, p. 155 - 168;

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN – 9ª. SR, 2010;

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; BORNAL, Wagner Gomes. **Sítio Arqueológico Terreiro Ilê Ñ Zambi**. Ficha de Cadastro CNSA. São Paulo: IPHAN 9ª. SR, 2011;

BENDAZZOLI, Cíntia. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de Ilhabela, SP**. Relatório. Ilhabela: Fundaci, 2011;

BORNAL, Wagner Gomes Bornal. **Programa de Resgate Arqueológico Sítio Barra Velha I**. Relatório. Ilhabela: Origem Arqueologia, 2007;

_____. **Sítio Histórico São Francisco**. Um estudo sob a ótica da Arqueologia da Paisagem. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: MAE-USP, 2008;

_____. **Projeto Museográfico Museu de Arqueologia Pública de São Sebastião**. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2010;

BORNAL, Wagner Gomes; ALMEIDA, Fábio. **Sítio Arqueológico São Francisco**. CD-ROM. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2007;

BORNAL, Wagner Gomes; GALDINO, Clayton. **Diretrizes Arqueológicas para o Plano Diretor Municipal de São Sebastião, SP**. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2008;

_____. **Programa de Gestão do Patrimônio Cultural de São Sebastião**. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2009;

Sítios Arqueológicos ESEC Tupinambás. Fichas de Cadastro CNSA. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2011a;

Sítio Arqueológico Fazenda dos Ingleses 01. Ficha de Cadastro CNSA. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2011b;

BRASIL. Presidência da República. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm, acessado em 13 de junho de 2011, as 16 horas;

BRAUHN, Tiago. **Sítio Arqueológico São Francisco 01.** Sítio eletrônico. Monografia. Caraguatatuba: Unimódulo, 2007;

BROCHIER, Laércio Loiola. **Controles geoarqueológicos e modelos morfoestratigráficos: implicações para o estudo das ocupações pré-históricas na costa Sul-Sudeste do Brasil.** Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2009;

BRUNO, Ernani Silva. **Café & Negro.** Contribuição para o estudo da economia cafeeira de São Paulo na fase do trabalho servil. São Paulo: Atalanta Editorial, 2005;

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: um estudo de caso de modelos para o Projeto Paranapanema.** Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: MAE-USP, 1995;

CALIPPO, Flávio Rizzi. **Sociedade Sambaqueira, comunidades marítimas.** Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2010;

CAMPOS, Jurandir Ferraz. **Santo Antônio de Caraguatatuba**. Caraguatatuba: Editora Fundacc, 2000;

CASTRO, Elza Helena Camargo do Canto. **Conservação e sustentabilidade em cidades históricas de pequeno porte. Gestão da conservação urbana integrada a partir do diagnóstico de Amparo – SP**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2002;

CERÂMICA SERRA DA CAPIVARA. **Catálogo**. Disponível em www.ceramicacapivara.com. Acessado em 12 de março de 2011;

CHAGAS, Jorge Luiz. **WEBGIS: Uso de georeferenciamento na identificação de objetos e seres vivos do Sítio Arqueológico São Francisco**. Curitiba: Unibrasil, 2008;

_____. **SIGWeb para o patrimônio cultural**. Software. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2010;

_____. **Inventário Digital do Patrimônio Cultural – SIPAC**. Software. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2011;

CONFEA. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257. Brasília, s.d.;

DÁLIA, Paulo; BEJA, Nuno. **Gestão arqueológica em Faro**. Que futuro? *In* ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS. **Práxis Archaeologica 2**. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, 2007, p. 31 – 38;

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA. **Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica**. *In* Revista Portuguesa de Arqueologia Vol. 5. Lisboa: IPA, 2008, p. 277 - 283;

ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968;

FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações econômicas no Litoral Norte Paulista (1778 – 1836)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1992;

FOGOLARI, Everson Paulo. **Gestão em Projetos de Arqueologia**. Tese de Doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2007;

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ROBRAHN – GONZÁLES, Érika Marion. **Revista Arqueologia Pública N.º 01**. Campinas: Unicamp, 2006;

FUNARI, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. **Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras**. In ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS. **Praxis Archaeológica 3**. Porto: APA, 2008, p. 131 - 138;

GALDINO, Clayton. **A Fazenda dos Ingleses no Bairro do Porto Novo**. Monografia. Santos: Universidade Católica de Santos, 2003;

_____. **Aspectos culturais do Sítio Arqueológico São Francisco**. Cotidianos de uma antiga fazenda do Litoral Norte Paulista. Trabalho apresentado na disciplina FAU-USP “Programa da Casa Brasileira”. São Paulo: FAU-USP, 2007;

_____. **Programa de Formação de Monitores Ecológico – culturais**. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2008;

_____. **Projeto Semana Escolar de Arqueologia**. São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2010;

GODOY, Renata de. **Plano de gestão para o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás/GO**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, 2003;

GUIDON, Niéde. **Parque Nacional da Serra da Capivara. Modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado.** In IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Revista do Patrimônio, 33. Brasília: Iphan, 2007, p. 75 - 91;

HABITUS. **Programa de Gestão Arqueológica do Oleoduto OSBAT no Âmbito do Município de São Sebastião/SP.** Relatório. Erechim: Habitus, 2011;

HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Iphan, Museu Imperial, 1999;

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO (Estação Ecológica Tupinambás). **Resumo INPA – Final (documentos digitais).** São Sebastião: Esec Tupinambás, 2011;

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Disponível em www.iphan.gov.br/legislacao. Acessado em 22 de março de 2010, as 13 horas;

KNIVET, Anthony Knivet. **As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet.** Memórias de um aventureiro inglês que, em 1591, saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil entre índios canibais e colonos selvagens. Organização, introdução e notas: Sheila Moura Hue; Tradução Vivien Kogur Lessa de Sá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008;

LE MOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira.** São Paulo: Contexto, 1989;

_____. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.** São Paulo: Edusp, 1999;

LIMA, Janice; PEREIRA, Edithe. **Arqueologia e educação no interior da Amazônia. O exemplo de Canaã dos Carajás.** Mesa Redonda Inclusão social – Desafios museológicos. V Semana dos Museus da USP – CD-ROM. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007;

LIMA, Tânia Andrade; RABELLO, Ângela Maria Camardella. **Coleções arqueológicas em perigo.** In IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Revista do Patrimônio No. 33. Brasília: Iphan, 2007, p. 245 - 276;

MAGALDI, Cássia. **O Público e o Privado: propriedade e interesse cultural.** In SÃO PAULO (CIDADE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Direito à Memória: o patrimônio histórico e cidadania.** SÃO PAULO: DPH, 1992;

MALTA, Flavio José Nery Conde. **Diretrizes para o planejamento e sua gestão no litoral norte paulista.** Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1994;

MANZATO, Fabiana. **Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico.** Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural 5. Disponível em www.pasosonline.org. Acessado em 20 de julho de 2010;

MELLO, Paulo I. C. **Arqueologia e Gestão do Patrimônio.** Disponível em www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq15.shtml. Acessado em 22 de setembro de 2006;

MÉNDEZ, Matilde González. **Sistemas de evaluación del interes patrimonial de los yacimientos arqueológicos.** In LÓPEZ, Maria del Mar Bóveda. **Gestión patrimonial y desarrollo social.** CAPA 12. Santiago de Compostela: Laboratorio de Arqueoloxía e Formas Culturales, 2000, p. 19 – 34;

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia.** In IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Revista do Patrimônio, 33. Brasília: Iphan, 2007, p. 37 – 58;

MORAIS, José Luiz de. **Plano cartográfico do Projeto Paranapanema.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: MAE-USP, 1992;

_____. **A Arqueologia e o fator geo.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: MAE-USP, 1999;

_____. **Reflexões acerca da arqueologia preventiva.** In IPHAN. **Patrimônio: atualizando o debate.** São Paulo: 9ª. SR/IPHAN, 2006, p. 191 – 220;

_____. **Gestão estratégica do patrimônio arqueológico na área de influência de gasodutos da Petrobras, Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté / Gasoduto Paulínia – Jacutinga: guia de educação patrimonial.** São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Petrobras, 2009;

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. C.; CASTRO, Adler H. Fonseca de. **Arquitetura Militar.** Um panorama Histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003;

OOSTERBECK, Luiz. **Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma.** In ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS. **Práxis Archaeologica 3.** Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, 2008, p. 139 – 144;

ORIGEM. **Relatório Diagnóstico Arqueológico Reversão dos Esgotos do Sistema de Esgotos Sanitários (SES) Saco da Capela para o SES Itaquanduba.** Ilhabela: Origem Arqueologia, 2010;

_____. **Programa de Prospecções Arqueológicas - Sistema de Tratamento de Esgotos do Município de São Sebastião-SP.** São Sebastião: Origem Arqueologia, 2011;

OSÓRIO, Marcos; SALGADO, Telmo. **Um sistema de informação geográfica aplicado na Arqueologia no Município de Sabugal.** In ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS. *Práxis Archaeologica*, 2. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, 2007, p. 9 - 22;

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado.** In SÃO PAULO (CIDADE). **O direito à memória: o patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH-PMSP, 1992;

PARDI, Maria Lúcia Franco. **A preservação do patrimônio arqueológico e turismo.** in IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No. 33. Brasília: Iphan, 2007;

PETROBRAS. (Terminal Marítimo Almirante Barroso – Departamento de Comunicação). **Histórico do Tebar.** (documentos digitais) São Sebastião: Tebar, 2009;

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO. **Lei municipal 1785/2005.** Disponível em www.saosebastiao.sp.gov.br/documentosoficiais. Acessado em 13 de outubro de 2010;

PROJPAR. **Resgate e Inclusão Social do Patrimônio Arqueológico da UHE Ourinhos – SP – PR.** Caderno 2. Pirajú: PROJPAR – Cia Brasileira de Alumínio, s.d.;

PYBURN, K. Anne; BEZERRA, Márcia. **Arqueologia pública em 5 tempi: reflexões sobre o workshop “gerenciamento de Patrimônio Cultural – Arqueologia”, Goiânia – Brasil.** In FILHO, Manoel Ferreira; BEZERRA, Márcia. **Os caminhos do patrimônio no Brasil.** Goiânia: Alternativa, 2006;

REINO, Xesús Amado et al. **Especificaciones para una gestión integral del impacto desde la arqueología del paisaje.** TAPA 26. Santiago de Compostela: Laboratório de Patrimônio, Paleoambiente e Paisaxe, 2002;

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. **Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao Projeto de Ampliação da Mina Calcária Limeira.** In UNICAMP. **Arqueologia Pública 1.** Campinas: Unicamp, 2006, p. 63 – 122;

ROCHA FILHO, Gustavo Neves. **O município e a política urbana no Brasil.** Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1986;

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Da proteção jurídica ao patrimônio cultural arqueológico.** In IPHAN. **Patrimônio: atualizando o debate.** São Paulo: 9ª. SR/IPHAN, 2006, p. 233 - 240;

RODRÍGUEZ, Ana Cristina Machado. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados na análise da legislação ambiental no município de São Sebastião (SP).** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005;

ROSSI, Márcio; NETO, José Pereira de Queiroz. **Relações solo/paisagem em regiões tropicais úmidas: o exemplo da Serra do Mar em São Paulo, Brasil.** Revista do Departamento de Geografia, 14. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2001, p. 11 – 23;

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Inventário digital e modelos historiográficos para urbanização e arquitetura.** São Paulo: FAU-USP, 1999;

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. **Ilhas do Litoral Paulista**. São Paulo: SMA-SP, 1989;

_____. **Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo – Sifesp**. Disponível em <http://200.144.14.214:8080/alovmap/index.html>, acessado em 12 de março de 2011, as 14 horas;

SÃO PAULO (Estado). Instituto Florestal. **Plano de Manejo para a Serra do Mar**. Disponível em: http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR. Acesso em 12 de setembro de 2007;

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. **O programa arqueológico do Baixo Vale do Ribeira**. Navigator. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2005a, p. 57-68;

_____. **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005b;

_____. **Arqueologia Regional como prática da Arqueologia Social**. Perugia, Itália: THULE, 2011;

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; FRANCHI, Cleide. **Projeto de Diagnóstico Arqueológico Pitangueiras 01**. Relatório. São Sebastião, 2003;

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. **Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei 3924/61**. In IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação**. Brasília: Iphan, 2007, p. 59 – 74;

SILVA, Rodrigo da Silva; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de; BORGES, Joacir Navarro. **Memória da Cidade**. São Paulo: CEF, 2011;

SOARES, Maria Virgínia Prado. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico**. Fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Erechim: Hábilis, 2007;

SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes. **Arqueologia preventiva no patrimônio arqueológico brasileiro**. In SOUZA, Marise Campos de. **Arqueologia preventiva**. Gestão e mediação de conflitos. Estudos comparativos. São Paulo: Iphan 9ª. SR, 2010, p. 45 – 64;

STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil**. São Paulo, Edusp, 1988;

TINOCO, Marcela Bezerra de Melo. **Arquitetura em disputa: o lugar do projeto na ocupação da cidade. Ocupação turística e urbana ocupação de interesse social**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2001;

TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno; GRANATO, Marcus. **O Museu de Astronomia e Ciências Afins**. In CARVALHO. Claudia S. Rodrigues et al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 10 - 14;

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Notas sobre as Cartas Patrimoniais**. São Paulo: FAU-USP, 2011. Disponível em http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/notas_sobre_as_cartas_patrimoniais.pdf;

URRY, John. **O Olhar do Turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel : SESC, 1996;

VALERA, Antonio Carlos. **A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências**. In ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS. **Praxis Archaeológica 3**. Porto: APA, 2008, p. 9 - 23;

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Programa de diagnóstico histórico, cultural e arqueológico – Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo**. CD-ROM. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2003;

_____. **Programa de Prospecções Arqueológicas Terreno do Instituto Bom Pastor Bairro do Ipiranga, São Paulo, SP**. Relatório. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2005.